

Juíza Kathleen Mecchi Zarins Stamato conquista o Prêmio Conciliar é Legal



TRT INFORMATIVO

15ª Região
Campinas/SP

Publicação do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
janeiro/março 2018 - ano 32 - n. 261



No 8 de março, Abertura do Ano Judiciário do TRT exalta a mulher



Em novas instalações na sede da Corte, Centro de Memória, Arquivo e Cultura do Tribunal preserva a história do trabalho



Magistrados do Regional aprovam orientações interpretativas sobre a reforma trabalhista e as mudanças na lei do trabalho temporário

Expediente

DIREÇÃO DO TRIBUNAL

PRESIDENTE

Fernando da Silva Borges

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVO

Helena Rosa Mônaco S. L. Coelho

VICE-PRESIDENTE JUDICIAL

Edmundo Fraga Lopes

CORREGEDOR REGIONAL

Samuel Hugo Lima

VICE-CORREGEDORA REGIONAL

Susana Graciela Santiso

DIRETOR DA ESCOLA JUDICIAL

Manoel Carlos Toledo Filho

VICE-DIRETORA DA ESCOLA JUDICIAL

Ana Paula Pellegrina Lockmann

OUIDORA

Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

VICE-OUIDOR

Edison dos Santos Pelegrini

DESEMBARGADORES DO TRABALHO

José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza

Olga Aida Joaquim Gomieri

Eduardo Benedito de Oliveira Zanella

Henrique Damiano

Luiz Antonio Lazarim

José Pitas

Luiz Roberto Nunes

Lorival Ferreira dos Santos

Manuel Soares Ferreira Carradita

Fernando da Silva Borges

Gerson Lacerda Pistori

Helena Rosa Mônaco S. L. Coelho

Gisela Rodrigues Magalhães de Araujo e Moraes

Edmundo Fraga Lopes

Tereza Aparecida Asta Gemignani

Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla

Thomas Malm

Susana Graciela Santiso

Samuel Hugo Lima

Maria Madalena de Oliveira

Fabio Grasselli

Erodite Ribeiro dos Santos De Biasi

Dagoberto Nishina de Azevedo

Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira

Manoel Carlos Toledo Filho

Antonio Francisco Montanagna

Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza

Luiz José Dezena da Silva

Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani

João Alberto Alves Machado

Claudinei Zapata Marques

José Otávio de Souza Ferreira

Ana Paula Pellegrina Lockmann

Roberto Nobrega de Almeida Filho

Helcio Dantas Lobo Junior

Eder Sivers

Antonia Regina Tancini Pestana

Carlos Augusto Escanfella

Eleonora Bordini Coca

Carlos Alberto Bosco

João Batista Martins César

Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo

Fábio Allegretti Cooper

Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa

Edison dos Santos Pelegrini

Luciane Storel da Silva

Ricardo Antonio de Plato

Ricardo Regis Laraia

Wilton Borba Canicoba

José Carlos Abile

Jorge Luiz Costa

Rosemeire Uehara Tanaka

Luis Henrique Rafael

Renan Ravel Rodrigues Fagundes

SUMÁRIO



Comemorações do Dia Internacional da Mulher marcam a solenidade de Abertura do Ano Judiciário do TRT. Pág. 4



Preservação: nas novas instalações do Centro de Memória, Arquivo e Cultura, Tribunal conta a história do trabalho. Pág. 14

COORDENAÇÃO

Evandro Luiz Michelon - Secretário-Geral da Presidência

COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Roberto Torres Babini

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Elza Nunes Pereira

JORNALISTA RESPONSÁVEL

José Francisco Turco - MTb/SP 21.571

Tel.: (19) 3731-1689

ifturco@trt15.jus.br / imprensa@trt15.jus.br

EDIÇÃO

Luiz Manoel Guimarães e Patrícia Campos de Sousa

REDAÇÃO

Ademar Lopes Junior, Ana Claudia de Siqueira, José Francisco Turco, Luiz Manoel Guimarães, Patrícia Campos de Sousa, Roberto Machini e Willians Fausto

FOTOGRAFIA

Ana Claudia de Siqueira, David Richard, Denis Simas, Roberto Machini e Willians Fausto

ESTAGIÁRIAS

Gabriela Rodrigues e Letícia Ferracioli

IMPRESSÃO

Gráfica CS Eireli - EPP - Tiragem: 1.200 exemplares



Novas sedes na 1ª instância beneficiam juízes, servidores e jurisdicionados. Pág. 20

Na 12ª Semana Nacional da Conciliação acordos na 15ª somam quase R\$ 125 mi. Pág. 28



Cidadão Aprendiz: TRT e MPT firmam parceria em iniciativa voltada a jovens em vulnerabilidade socioeconômica. Pág. 31

Simpósio sobre a reforma trabalhista reúne cerca de 170 magistrados dos dois graus de jurisdição do TRT da 15ª. Pág. 44



COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DA MULHER MARCAM A SOLENIDADE DE ABERTURA DO ANO JUDICIÁRIO DO TRT

Na cerimônia, autoridades, personalidades e entidades com relevantes serviços à sociedade foram homenageadas pela Corte





O Quarteto de Cordas DPL executou o Hino Nacional, além de clássicos como *Sonata ao luar*, de Beethoven, *Brandenburg – Concerto n° 3*, de Bach, e *Por una cabeza*, de Carlos Gardel, com espaço ainda para um sucesso bem mais recente, *Viva la vida*, do grupo inglês Coldplay



Fotos: Renato Silva e Renato Mendes

O presidente do Tribunal, desembargador Fernando da Silva Borges, destacou que, apesar das adversidades, 2017 foi um ano de realizações importantes na 15ª Região

Com o Plenário Ministro Coqueijo Costa Clotado, o presidente do TRT-15, desembargador Fernando da Silva Borges, comandou em 8 de março a sessão solene de Abertura do Ano Judiciário 2018 da Corte, que registra, do ponto de vista protocolar, o começo de um novo ciclo ininterrupto de trabalho já iniciado de fato em janeiro, incluindo plantões aos sábados, domingos e feriados. Marcada pelas comemorações do Dia Internacional da Mulher, a cerimônia também foi palco da entrega das comendas da Ordem do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região, instituída em 1992 para homenagear autoridades, personalidades e entidades que prestaram serviços relevantes à Justiça Trabalhista, à cultura jurídica ou à sociedade em geral. Entre as homenagens às mulheres, destaque para a declamação do poema de autoria desconhecida “Defeito de mulher”, protagonizada pela atriz Liza França, e a entrega de um buquê de flores, pelo desembargador Fernando Borges, à trabalhadora terceirizada que há mais tempo presta serviços ao TRT, a auxiliar de limpeza Zenaide Silva de Oliveira, na pessoa de quem foram saudadas todas as mulheres presentes. Três dias antes da solenidade, Zenaide havia completado exatos 15 anos de trabalho na Corte.

Junto com o presidente do Regional, compuseram a mesa de honra o ministro Breno Medeiros, do Tribunal Superior do Trabalho; os desembargadores Wilson Fernandes, presidente do TRT da 2ª Região e do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecot), e Artur Marques da Silva Filho, vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, representando o presidente da Corte, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças; o deputa-

do federal Luiz Lauro Ferreira Filho, que representou o Poder Legislativo; o juiz Marcelo Bueno Pallone, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV); a procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, Maria Stela Guimarães De Martin; o presidente da Subseção de Campinas da OAB, Daniel Blikstein; o comandante do Comando de Policiamento do Interior 2 da Polícia Militar de São Paulo, coronel José Ricardo Trevisan Arantes; e o secretário executivo do Gabinete do Prefeito de Campinas, Christiano Biggi Dias, que representou o prefeito Jonas Donizette.

Ano difícil

O presidente do TRT-15 salientou que 2018, no âmbito do direito do trabalho, será um ano especialmente turbulento, com muito debate em torno das alterações decorrentes da Lei 13.467/2017, da chamada reforma trabalhista. “Cabe ao Poder Judiciário, no cumprimento de sua missão constitucional, com muito equilíbrio e serenidade, analisar com profundidade todos os questionamentos que já nos são apresentados, para que se possa, na medida do possível, afastar as inseguranças e dirimir as incertezas geradas pela nova legislação, que foi elaborada, como sabemos, de forma apressada, sem um debate mais aprofundado com os atores sociais.”

O magistrado destacou que, apesar do déficit de aproximadamente 2.200 profissionais no quadro de servidores do TRT, em 2017 mais uma vez a 15ª Região registrou números que atestam sua grande produtividade, com avanços expressivos em relação ao ano anterior. Mais de R\$ 3,40 bilhões foram pagos aos trabalha- ▶



Reconhecimento ao valor da mulher: Fernando Borges presenteia com um buquê de flores a trabalhadora terceirizada mais antiga do Regional, Zenaide Silva de Oliveira (esq.). Acima, a atriz Liza França declama *Defeito de Mulher*, poema de autoria desconhecida

dores no ano passado, em decorrência dos processos conciliados ou executados na 15ª. Na comparação com 2016, quando foram pagos R\$ 2,88 bilhões, o aumento foi de 18%. A arrecadação de tributos, sobretudo de Imposto de Renda e contribuições previdenciárias, subiu ainda mais, 46%, passando de R\$ 249,32 milhões em 2016 para R\$ 363 milhões no ano seguinte. Em 2017, na 15ª foram solucionados 344.160 processos no 1º grau de jurisdição e 121.010 no 2º grau. Respectivamente, o avanço foi de 10,6% e 14% em relação ao ano anterior, período em que foram resolvidas 311.076 ações na 1ª instância e 106.081 na 2ª.

No plano administrativo, o desembargador ressaltou que o primeiro ano de sua gestão foi marcado, entre outras realizações, pela inauguração da sede própria das Varas do Trabalho (VTs) de Porto Ferreira e Barretos, além da locação de novos prédios para a VT de Itapeva e para os Fóruns Trabalhistas de Jacareí e Sertãozinho. Fernando Borges lembrou ainda a amplia-

ção das instalações do Cejusc de 2º Grau, cuja inauguração ocorreu em 22 de maio passado, durante a 3ª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, na qual o TRT-15 alcançou a primeira colocação em todo o País, com R\$ 200 milhões em acordos homologados. Citou ainda o novo Centro de Memória, Arquivo e Cultura (CMAC) do Regional, inaugurado em 20 de fevereiro de 2018, no 4º andar do edifício-sede da Corte.

Sobre os homenageados na sessão solene, o desembargador afirmou que “o reconhecimento que fazemos aqui também é uma forma de divulgarmos o trabalho realizado por essas pessoas e instituições”. Oito autoridades receberam o Grande Colar da Ordem do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região, a mais alta honraria do TRT-15. Já a Medalha Ouro foi entregue a 12 personalidades e três instituições filantrópicas. Todos os agraciados foram aprovados pelo Tribunal Pleno da Corte, a partir de indicações dos desembargadores.



O Plenário Ministro Coqueijo Costa ficou inteiramente lotado durante a solenidade

Homenageados com o Grande Colar



Ministro Breno Medeiros (centro), do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo desembargador João Batista Martins César (dir.)



Procurador-geral do trabalho, Ronaldo Curado Fleury, indicado pelo presidente do TRT-15, desembargador Fernando da Silva Borges



Presidente do TRT-8 (PA e AP), desembargadora Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, indicada pelo desembargador Edison dos Santos Pelegrini (dir.)



Presidente e corregedor do TRT-14 (RO e AC), desembargador Shikou Sadahiro, indicado pelo desembargador Claudinei Zapata Marques (dir.) ▶



Presidente e corregedora do TRT-21 (RN), desembargadora Maria Auxiliadora Barros de Medeiros Rodrigues, indicada pelo desembargador José Carlos Abile, que foi representado pelo colega Lorival Ferreira dos Santos (dir.)



Vice-presidente administrativo do TRT-2, desembargadora Cândida Alves Leão, indicação do desembargador Fernando Borges. A comenda foi entregue pela vice-presidente administrativo do TRT-15, desembargadora Helena Rosa Mônaco S. L. Coelho



Vice-presidente judicial do TRT-2, desembargador Carlos Roberto Husek, indicado pelo desembargador Fernando Borges e que recebeu o colar das mãos do colega José Pedro de Camargo Rodrigues de Souza, decano do TRT-15



Comandante-geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMSP), coronel Nivaldo Cesar Restivo, indicação do desembargador Fernando Borges. Ele recebeu a comenda das mãos da vice-corregedora da 15ª Região, desembargadora Susana Graciela Santiso ▶

Homenageados com a Medalha Ouro



Diretora da Escola Judicial do TRT-18 (GO) no biênio 2015-2017, desembargadora Kathia Maria Bomtempo de Albuquerque (centro), indicada pela colega Ana Amarylis Vivaqua de Oliveira Gulla, ouvidora da 15ª Região



Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), juiz Guilherme Guimarães Feliciano, indicação do desembargador Eduardo Benedito de Oliveira Zanella (dir.)



Desembargador Ricardo Artur Costa e Trigueiros, do TRT-2, indicado pela desembargadora Maria Madalena de Oliveira



Diretor de Polícia Comunitária e de Direitos Humanos da PMSP e ex-comandante do Comando de Policiamento do Interior 2, coronel Érico Hammerschmidt Júnior, indicado pelo desembargador Helcio Dantas Lobo Junior (dir.)



Juíza titular da 4ª Vara do Trabalho (VT) de Jundiaí, Andrea Guelfi Cunha, indicação da desembargadora Maria Inês Corrêa de Cerqueira César Targa (dir.)



Presidente da Caixa de Assistência dos Advogados de São Paulo, Braz Martins Neto (esq.), indicação do vice-presidente judicial do TRT-15, desembargador Edmundo Fraga Lopes



Deputado federal Luiz Lauro Ferreira Filho (PSB-SP), indicação dos desembargadores Fernando Borges e Samuel Hugo Lima (dir.), corregedor da 15ª Região



Advogada trabalhista Jussara Rita Rahal, indicação da vice-diretora da Escola Judicial do TRT-15, desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann (dir.)



Advogado Alexandre Tranco, indicado pelo desembargador Luiz Felipe Paim da Luz Bruno Lobo (dir.)



Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações do TRT-15, Herbert Wittmann, indicação da desembargadora Luciane Storel da Silva



Yara Valença da Rocha Prado, servidora aposentada do TRT-15, indicada pela desembargadora Thelma Helena Monteiro de Toledo Vieira (dir.)



Frei Francisco (Nélio Joel Angeli Belotti), fundador da Associação e Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus, indicação da desembargadora Olga Aida Joaquim Gomieri. Fundada em 1985, em Jaci, SP, a entidade atua na recuperação de dependentes químicos, entre outras iniciativas



A presidente da Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Craniofacial (Sobrapar), Vera Lúcia Adami Raposo do Amaral, recebeu a comenda em nome da instituição, indicada pelo desembargador Fernando Borges. Fundada em 1979, a Sobrapar trabalha na reabilitação de pessoas carentes com deformidades craniofaciais (www.sobrapar.org.br)



O advogado Cláudio Jesus de Almeida representou a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Valinhos, indicação do desembargador José Pitas (dir.). Em atividade desde 1960, a entidade realiza em média 850 internações mensais e 11 mil cirurgias por ano (santacasadevalinhos.com.br)



Indicada pela desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani, a Fundação Dorina Nowill para Cegos foi representada por seu superintendente, Alexandre dos Santos Oliveira Munck. Há 70 anos a instituição se dedica à inclusão de pessoas com deficiência visual, com a produção e distribuição gratuita de audiolivros ou de livros em braille, além de iniciativas nas áreas de educação especial, reabilitação e empregabilidade (www.fundacaodorina.org.br) ●



Desembargadores desenlaçam a fita inaugural – CMAC passa a funcionar no 4º andar do edifício-sede do Regional, com recursos de última geração na exposição de acervos documentais e museológicos

Preservação: nas novas instalações do Centro de Memória, Arquivo e Cultura, Tribunal conta a história do trabalho

“**T**odos nós somos passageiros, mas a instituição é permanente. Daí a necessidade de preservarmos a memória”, afirmou o presidente do TRT-15, desembargador Fernando da Silva Borges, ao inaugurar em 20 de fevereiro as novas instalações do Centro de Memória, Arquivo e Cultura (CMAC) do Regional, no 4º andar do edifício-sede da Corte, em Campinas. “Na data em que se comemora o Dia Mundial da Justiça Social, nada mais adequado que a inauguração de um centro que mostra a saga de quem trabalhou, ao longo do tempo, para alavancar as conquistas sociais. Não podemos nos esquecer do quanto o País ainda precisa avançar para diminuir as desigualdades”, observou o magistrado, ao reafirmar o papel da Justiça Trabalhista como defensora dos direitos sociais. “A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores. É permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato”, enfatizou o presidente do Tribunal, citando o pensador Nildo Lage.

Já seu colega Edmundo Fraga Lopes, vice-presidente judicial do TRT, destacou os três momentos distintos que cada visitante experimentará no novo CMAC. O primeiro registra a evolução histórica do trabalho, desde a escravidão, passando pela Revolução Industrial até chegar às conquistas sociais no século XX. O segundo retrata a história da Justiça do Trabalho no Brasil e, particularmente, do TRT-15, destacando grandes acontecimentos do período de 1986, quando o Regional foi instalado, a 2017. Por fim, o público chega ao “Painel da Memória”, ambiente construído com a colaboração de magistrados e servidores. “A proposta é cativar os visitantes pela relevância do que representa a Justiça do Trabalho da 15ª Região, em nosso estado e no País. O Centro de Memória, Arquivo e Cultura conta agora com os padrões mais modernos de exposição de acervos documentais e museológicos, incluindo recursos audiovisuais que possibilitam atualizações constantes”, comemorou Edmundo, que preside a Comissão de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho da 15ª Região. ▶



Centro mostra “a saga de quem trabalhou, ao longo do tempo, para alavancar as conquistas sociais”, sublinhou o presidente do TRT, desembargador Fernando Borges (acima, à esq.), observado pelos colegas Tereza Asta, Eduardo Zanella, Francisco Giordani e Edmundo Fraga Lopes, da Comissão de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho da 15ª Região. O desembargador Edmundo, que preside a Comissão, destacou que a proposta do CMAC é mostrar a importância da Justiça do Trabalho em nosso País



O desembargador agradeceu o apoio de várias instituições preservadoras da cultura ao novo CMAC, com destaque para o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu da República, localizados no Rio de Janeiro, o Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), e o Centro de Memória da Unicamp. Ressaltou também, no âmbito do TRT-15, o trabalho da Seção de Multimídia, “essencial à divulgação de nossa memória audiovisual”.

Os dois magistrados desataram a fita inaugural, junto com os desembargadores Helena Rosa Mônaco S. L. Coelho, vice-presidente administrativo do Tri-

bunal, Manoel Carlos Toledo Filho, diretor da Escola Judicial da Corte, Ana Paula Pellegrina Lockmann, vice-diretora, Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, ouvidora da 15ª Região, e Eliana Felipe Toledo, presidente do TRT na gestão 2002-2004 e fundadora do CMAC. No descerramento da placa que eterniza a ocasião, Fernando Borges e Edmundo foram acompanhados pelos colegas Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, Tereza Aparecida Asta Gemignani e Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, também membros da Comissão de Preservação da Memória da Justiça do Trabalho da 15ª Região.



Nos bastidores, uma equipe especialmente treinada trabalha na recuperação de documentos históricos



O acervo inclui mais de 100 mil processos e documentos raros, como contratos de compra e venda de escravos e uma carta de alforria

A solenidade contou ainda com a presença dos desembargadores Lorival Ferreira dos Santos e Renato Buratto, que presidiram o Regional nos biênios 2014-2016 e 2010-2012, respectivamente, e do juiz Marcelo Bueno Pallone, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV), entre outras autoridades. Também compareceram os historiadores Jorge Alves de Lima e Fátima Garcia Oliveira, o museólogo do Museu Arquidiocesano de Arte Sacra de Campinas, Rodrigo Luiz dos Santos, e o professor Humberto Celeste Innarelli, diretor de serviços do Arquivo Edgard Leuenroth, vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.

Acervo rico

O CMAC foi inaugurado em 21 de outubro de 2004. Com as novas instalações, o Centro passa a contar com aproximadamente 230 metros quadrados de área de exposição, cerca de 75% maior do que o antigo espaço, que funcionava na sede administrativa do TRT, também

em Campinas. Distribuído por dez ambientes, o acervo inclui processos históricos (já são mais de 100 mil) e documentos raros, como contratos de compra e venda de escravos e uma carta de alforria, além de fotografias, vídeos e reproduções de telas nas quais o trabalhador é o tema. Estão lá, por exemplo, os icônicos *Operários*, de Tarsila do Amaral, e *Café*, de Cândido Portinari. Há também recursos audiovisuais que permitem a interatividade do visitante com a história. É possível até mesmo contribuir para o enriquecimento da coleção, com a cessão de imagens para o painel fotográfico que retrata trabalhadores exercendo seu ofício.

Por meio de várias parcerias, especialmente com universidades, o Centro atua para fomentar a pesquisa histórica, sociológica, econômica e jurídica, além de promover o intercâmbio cultural e a cooperação técnico-científica.

O CMAC está aberto à visitação pública de segunda a sexta-feira, das 12h às 18h, com entrada franca. As visitas monitoradas devem ser agendadas por meio do telefone 3236-2100, ramal 2053. ▶

Recursos audiovisuais permitem a interatividade do visitante com a história, além de possibilitarem atualizações constantes



São 230 metros quadrados de área de exposição, 75% a mais do que no antigo espaço, que funcionava na sede administrativa do TRT



Documento de 90 anos passa a fazer parte do acervo do CMAC

Os desembargadores Fernando da Silva Borges, Edmundo Fraga Lopes, Eduardo Benedito de Oliveira Zanella e Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani receberam em 13 de julho passado o original do “Contracto de locação de serviços” firmado em 30 de setembro de 1927, em São José dos Campos,

por José Antonio Cursino, typographo, na grafia da época, e Sylvio Guizão, proprietário de uma gráfica na cidade. Doado ao Tribunal pelos filho e neto do trabalhador, José Cristovão Cursino e João Victor Cursino, que vieram pessoalmente à sede do Regional para entregá-lo, o documento foi integrado ao acervo do CMAC. ▶



Junto de José Cristovão Cursino e João Victor Cursino, filho e neto do trabalhador que firmou o contrato de trabalho em 1927, o desembargador Fernando Borges exhibe o documento. O tipógrafo José Antonio Cursino recebia mensalmente “cento e cinquenta mil réis”

Restrito a meras quatro cláusulas, o contrato não fixa jornada de trabalho, limitando-se a dizer que o empregado prestará serviço “durante as horas que lhes (sic) forem determinadas” e “com dedicação”. A única contrapartida imposta ao empregador é o pagamento mensal de “cento e cinquenta mil réis”, sem qualquer reajuste ao longo da vigência do pacto, fixada em um ano, com a possibilidade de prorrogação

mediante acordo entre as partes, ou rescisão, por iniciativa de qualquer uma delas e condicionada a aviso prévio de 15 dias. A violação a qualquer cláusula do contrato sujeitava o infrator a multa de 500 mil réis.

“É um documento que representa muito bem o que eram as relações trabalhistas no País no período anterior à Consolidação das Leis do Trabalho”, sintetizou o desembargador Fernando Borges.

Historiador doa livros para acervo da Biblioteca do TRT-15 e do CMAC

O desembargador Fernando da Silva Borges recebeu em 12 de dezembro o escritor e historiador Jorge Alves de Lima, membro da Academia Paulista de História, da Academia Campinense de Letras (ACL) e do Conselho Científico do Centro de Memória da Unicamp. Na ocasião, Lima doou alguns de seus livros para o acervo do CMAC e da Biblioteca Délio Maranhão, instalada na Escola Judicial do Tribunal, no 3º andar do edifício-sede da Corte. Entre as obras doadas está *A história pelas capas – Correio Popular 90 anos*, lançada no dia 4 de setembro de 2017 em Campinas e que retrata a história da cidade a partir das manchetes do principal jornal da região. “Uma verdadeira obra-prima”, afirmou Fernando Borges.

Sobre a história e personagens da única cidade brasileira que, mesmo não sendo capital, é sede de uma corte de justiça, Lima lembrou, a propósito da situação semelhante que o País vive em pleno

século 21, do surto de febre amarela que assolou o município no final do século 19, tema de sua obra *O ovo da serpente – Campinas/1889* (Editora Arte Escrita, 2013). Autor de quatro livros sobre Carlos Gomes, a quem elege como “o maior compositor erudito das Américas”, o historiador luta, ao lado de outros acadêmicos da ACL, para que seja acrescentada ao nome do Aeroporto Internacional de Viracopos a expressão “Maestro Carlos Gomes”, como forma de homenagear “o filho mais dileto desta terra”.

Também participaram do encontro os desembargadores Edmundo Fraga Lopes, Lorival Ferreira dos Santos e Tereza Aparecida Asta Gemignani, que integra a ACL. Para a magistrada, a visita de Lima ao TRT representa “um estreitamento de laços do Tribunal com a história da cidade de Campinas, sede do Regional e importante centro político, econômico e cultural do País”. ●

Jorge Alves de Lima (centro) com os desembargadores Lorival Ferreira dos Santos, Tereza Aparecida Asta Gemignani, Fernando da Silva Borges e Edmundo Fraga Lopes – obras retratam os grandes acontecimentos de Campinas e expoentes da história, como Carlos Gomes, “o maior compositor erudito das Américas”, na opinião do historiador



Corregedor da 15ª é o novo secretário-geral do Coleprecor

O corregedor da 15ª Região, desembargador Samuel Hugo Lima, tomou posse em 23 de novembro, em Brasília, como secretário-geral do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprecor). Também foram empossados na mesma solenidade o novo presidente da entidade e seu vice, os desembargadores Wilson Fernandes, presidente do TRT-2 (Região Metropolitana de São Paulo e parte da Baixada Santista), e Paulo Sérgio Pimenta, vice-presidente e corregedor da 18ª Região (GO). Os magistrados foram eleitos em 25 de outubro, para um mandato de um ano.

“Uma característica interessante do Poder Judiciário é que os tribunais não são órgãos que competem entre si, os tribunais se unem. E, no momento em que mais uma vez há quem proponha a extinção da Justiça do Trabalho, a melhor defesa é mesmo a união. Juntos, inclusive com o TST, atuando em conjunto com as associações dos magistrados da Justiça do Trabalho, os TRTs estarão fortalecidos”, sublinhou Samuel, em seu pronunciamento na cerimônia.



Samuel Hugo Lima assina o livro de posse. Para o desembargador, contexto atual, de ataque à Justiça do Trabalho, exige a união das cortes e das entidades de magistrados trabalhistas

Sociedade civil sem fins lucrativos, o Coleprecor tem como objetivos defender os princípios, prerrogativas e funções institucionais da Justiça do Trabalho e promover a integração dos TRTs do País, com o intercâmbio de experiências administrativas e o aprofundamento do debate sobre questões jurídicas de maior repercussão, visando à uniformização de entendimentos, mas preservando a autonomia e as peculiaridades de cada tribunal. ●

Desembargador Fernando Borges é homenageado pelo TRT da 1ª Região

O presidente do TRT-15, desembargador Fernando da Silva Borges, recebeu em 10 de novembro, em cerimônia realizada no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro, a comenda da Ordem do Mérito Judiciário 2017 do TRT da 1ª Região (RJ). O magistrado foi homenageado no grau de Grande Oficial, por suas iniciativas em prol da Justiça do Trabalho e pelos serviços prestados à cultura jurídica. A insígnia

foi entregue pela vice-presidente do Regional fluminense, desembargadora Rosana Salim Villela Travesedo.

No total, 42 personalidades foram homenageadas, incluindo os então presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, e ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira de Oliveira, e o presidente da OAB-RJ, Felipe de Santa Cruz Oliveira Scaletsky. ●



O presidente do TRT-15 recebeu a insígnia das mãos da colega Rosana Salim Villela Travesedo, vice-presidente do Regional fluminense



Com mais de 400 metros quadrados a mais do que a antiga sede, o prédio em Barretos é totalmente apropriado ao atendimento de pessoas com necessidades especiais

Novas sedes na 1ª instância beneficiam juízes, servidores e jurisdicionados

Barretos, Sertãozinho e Itapeva contam agora com instalações à altura do serviço prestado à população

O presidente do TRT-15, desembargador Fernando da Silva Borges, inaugurou no último trimestre de 2017 mais três novas sedes na 1ª instância da 15ª Região, beneficiando magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados em geral. As Varas do Trabalho (VTs) de Barretos e Itapeva e o Fórum Trabalhista de Sertãozinho passam a contar não só com mais espaço, mas também com instalações modernas, dotadas de recursos de acessibilidade e de preservação ambiental.

Em Barretos, município do norte paulista, foi concretizado, em 17 de novembro, o antigo sonho da sede própria, praticamente “resgatando” a VT de um prédio alugado onde as condições de trabalho havia muito tempo eram inadequadas. Construído numa área de mais de 4 mil metros quadrados – doada pela Prefeitura por intermédio da Lei Municipal 3.992/2007 –, o novo edifício fica na esquina das Avenidas Onze e Centenário da Abolição, no Bairro América. Contra os antigos 695 metros quadrados da sede anterior, a unidade conta agora com aproximadamente 1.130 metros quadrados, o que permitiu a instalação de duas salas de audiência e dois gabinetes de juiz, ampliando a capacidade de atendimento. Er-

guido num único pavimento, o prédio é totalmente apropriado a pessoas idosas ou com necessidades especiais, com recursos como rampas de acesso, piso tátil, sanitários adaptados e placas com caracteres em braile. Todos os ambientes são refrigerados e possuem iluminação natural.

A jurisdição da VT inclui também os municípios de Jaborandi, Colômbia, Guaira e Colina, totalizando cerca de 200 mil habitantes, contingente que faz a demanda processual ser uma das maiores da 15ª Região – foram recebidas 3.042 novas ações em 2016, e outras 2.838 no ano passado. Quem dá nome à unidade é o desembargador Luiz Carlos de Araújo, falecido em 2012. Presidente do TRT-15 no biênio 2006-2008, Araújo era natural de Barretos.

Açúcar, álcool, laticínios, calçados e sucos cítricos estão entre os produtos de maior destaque da região, que ainda se notabiliza pela presença de grandes frigoríficos. Barretos também é famosa pela Festa do Peão de Boiadeiro. Realizado anualmente, sempre no mês de agosto, o evento é o maior do gênero no País, com estimativa de aproximadamente 900 mil visitantes a cada edição. ►



A inauguração tornou concreto um sonho antigo, sublinhou em seu discurso o juiz Rodarte Ribeiro, titular da VT de Barretos

Esforço de muitos

Na solenidade de inauguração, o juiz titular da VT, Rodarte Ribeiro, lembrou que a Justiça do Trabalho está presente em Barretos há 55 anos, completados no último dia 11 de janeiro. Ribeiro destacou o empenho dos desembargadores Luís Carlos de Araújo, Lorival Ferreira dos Santos – que presidiu o Tribunal na gestão 2014-2016 – e Fernando Borges na trajetória que culminou com a conquista da sede própria da unidade. Não esqueceu também dos servidores da VT, “que, mesmo sob condições adversas, no antigo prédio, se esmeraram em dar o melhor atendimento possível aos jurisdicionados e advogados”.

O prefeito da cidade, Guilherme de Ávila, afirmou que “atender bem o cidadão e devolver a esperança às pessoas é a principal missão dos agentes públicos, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário”.

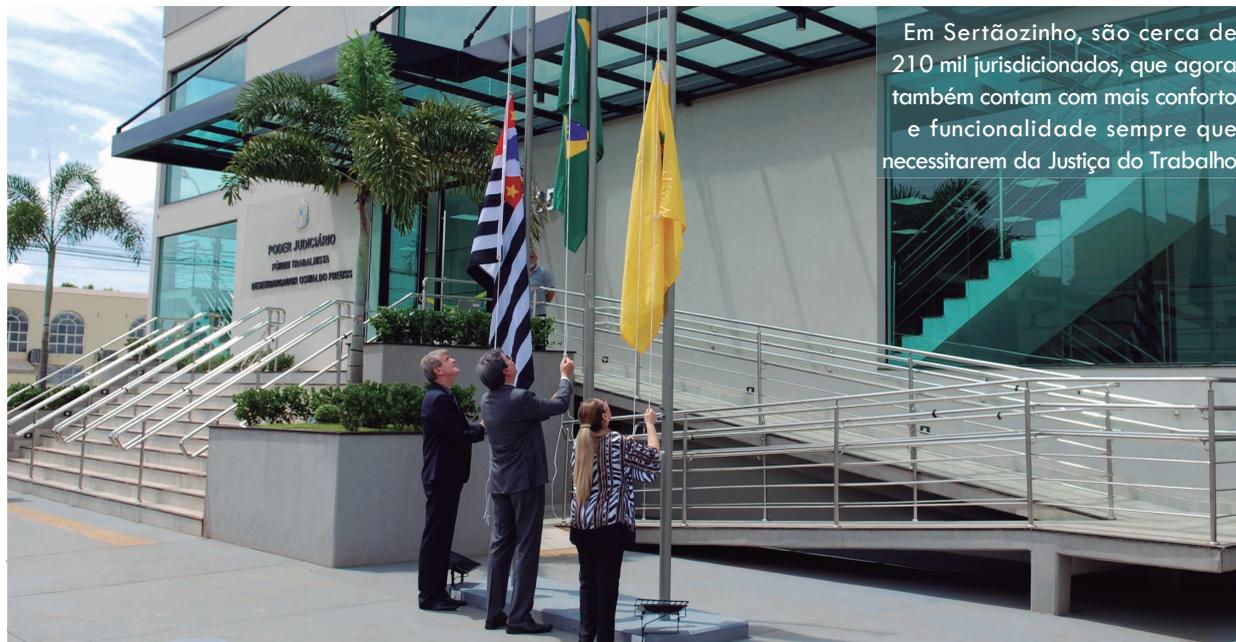
Concluindo os pronunciamentos, o desembargador Fernando Borges citou nominalmente os deputados Fausto Pinato (PP), Baleia Rossi (MDB), Roberto Alves (PRB), Andrés Sanchez (PT), Bruna Furlan (PSDB), Milton Monti (PR) e Dr. Sinval Malheiros (Pode), todos da bancada paulista na Câmara Federal. Os parlamentares foram responsáveis por emendas ao orçamento da União que garantiram os recursos para a

conclusão da obra. O magistrado encerrou a solenidade homenageando, na pessoa do mestre de obras Antonio Donizeti Boldrini e do engenheiro Lucas Humberto de Oliveira, os trabalhadores que construíram o edifício.

Entre outras autoridades e personalidades, a inauguração contou ainda com a presença dos juízes Ana Paula Silva Campos Miskulin, titular da VT de José Bonifácio e que representou a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV), Helio Grasselli, diretor do Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto, e Fernanda Martins Perpétuo de Lima Vasquez, titular da 1ª Vara Criminal de Barretos e diretora do Fórum da Justiça Estadual; do gerente regional do Ministério do Trabalho, Mário Henrique Scannavino; e dos advogados Roberto Arutim, presidente da Associação Comercial e Industrial de Barretos, Leticia de Oliveira Catani e Luiz Roberto Bonjorno, que presidem, respectivamente, as OABs de Barretos e Guaiara.

Sertãozinho: antiga reivindicação

No dia 11 de dezembro, foi a vez de o desembargador Fernando Borges inaugurar as novas instalações do Fórum Trabalhista Desembargador Oswaldo Preuss, em Sertãozinho, município da região de Ribeirão Preto. Com duas VTs, o Fórum atende tam-▶



Em Sertãozinho, são cerca de 210 mil jurisdicionados, que agora também contam com mais conforto e funcionalidade sempre que necessitarem da Justiça do Trabalho



A transferência do Fórum Trabalhista de Sertãozinho para instalações à altura de suas necessidades era uma das prioridades da atual administração do TRT, enfatizou o desembargador Fernando Borges (esq.). Para o diretor do Fórum, juiz Wellington César Paterlini (no destaque), a mudança “envolia questões de segurança, de acessibilidade e de eficiência na prestação jurisdicional”

bém as cidades de Dumont, Pontal e Barrinha, num total de 210 mil jurisdicionados, aproximadamente, e homenageia o vice-presidente do Tribunal no biênio 1992-1994. Preuss faleceu em 2015.

São cerca de 2.500 metros quadrados na nova sede, na Rua Antonio Seron, 254, o que permitiu a instalação de duas salas de audiência e dois gabinetes de juiz em cada VT. Elevador, piso tátil e sanitários adaptados garantem a acessibilidade e o conforto de pessoas com necessidades especiais em todos os três pavimentos do edifício, que possui ainda estacionamento no subsolo.

Sertãozinho se destaca pela atividade industrial no setor sucroalcooleiro. Em 2016, as duas VTs locais receberam 4.075 ações e solucionaram 3.796. Já no ano passado foram 3.754 processos recebidos e 3.667 resolvidos.

“A inauguração de um imóvel adequado ao funcionamento da Justiça do Trabalho local é a realização de uma antiga reivindicação de advogados, servidores e magistrados”, destacou em seu discurso o presidente da Subseção de Sertãozinho da OAB, Ivan Rafael Bueno.

O juiz Wellington César Paterlini, titular da 2ª VT da cidade desde dezembro de 2000 e diretor do Fórum, manifestou sua gratidão “a todos que, generosamente, contribuíram para que este momento chegasse”. O magistrado se referiu, em especial, à administração do TRT, “na pessoa de seu atual presidente e também na de seu antecessor, o desembargador Lorival Ferreira dos Santos, que, mesmo com as contingências orçamentárias impostas à Justiça do Trabalho, tiveram sensibilidade

para perceber que a mudança do Fórum Trabalhista de Sertãozinho era imprescindível, porque envolvia questões de segurança, de acessibilidade e de eficiência na prestação da jurisdição”. Paterlini mencionou também os colegas de 1ª instância, “que sempre atuaram comigo de forma compartilhada e harmoniosa”, e os servidores do Fórum, “que se desdobraram para que a mudança ocorresse da melhor forma possível, tarefa difícil, considerando a nossa elevada carga processual”.

Encerrando a solenidade, o desembargador Fernando Borges enfatizou o contexto difícil em que o Tribunal está buscando solucionar suas demandas de caráter administrativo. “Nossa situação, em termos de recursos humanos, é caótica, a pior do País. Ao longo de 2017 deferi cerca de 130 aposentadorias, sem poder prover nem um cargo sequer. Nesse quadro de necessidades, estabelecemos as prioridades, como era o caso da mudança do Fórum Trabalhista de Sertãozinho para um imóvel adequado, onde, além das duas salas de audiência para cada VT, contamos agora com uma sala destinada exclusivamente a audiências de conciliação.”

Também participaram da cerimônia o prefeito do município, José Alberto Gimenez, os presidentes das Câmaras de Vereadores de Sertãozinho, Márcia Moreira Perassi, e de Dumont, Rogerson Aparecido Bujarnon Ruiz, os juízes Rene Jean Marchi Filho, Márcia Mendes Sampaio, Sérgio Milito Barêa – titulares, respectivamente, da 1ª VT local, da 5ª VT de Ribeirão Preto e da VT de Taquaritinga –, Poliana Sampaio Cândido da Silva Santos e Rosilene da Silva Nascimento e o procurador do trabalho Elison Miessa, entre outras autoridades. ►



Em Itapeva, são 1.200 metros quadrados aproximadamente na nova sede, contra cerca de 650 da antiga. Na foto ao lado, a partir da direita, os desembargadores Fernando da Silva Borges e Edmundo Fraga Lopes, o juiz Marcelo Schmidt Simões, o presidente da Câmara Municipal, Oziel Pires de Moraes, e o prefeito Luiz Antonio Hussne Cavani protagonizam o desenlace da fita inaugural

Itapeva comemora a casa nova

No sul do estado, a nova sede da VT de Itapeva, situada na Rua José Ermírio de Moraes, 1.070, foi entregue pelo presidente do TRT-15 em 18 de dezembro. São aproximadamente 190 mil habitantes na jurisdição, que abrange ainda os municípios de Taquarivaí, Taquarituba, Ribeirão Branco, Itaberá, Nova Campina, Taguaí e Coronel Macedo.

Com piso tátil e banheiros adaptados, entre outros recursos, o prédio atende as exigências de acessibilidade. Os quatro pavimentos não são problema, já que o edifício possui elevador.

Em 2016, a unidade recebeu 1.355 ações e resolveu 1.174. No ano seguinte, foram 1.462 processos recebidos e 1.511 solucionados.

Em sua fala na solenidade, o juiz titular da VT, Marcelo Schmidt Simões, ressaltou que a Justiça do Trabalho atende, na maioria das vezes, “gente muito simples, que busca aqui um fio de esperança”.

Já o desembargador Fernando Borges enfatizou que a mudança da VT de Itapeva para um

novo prédio era “uma das prioridades em minha gestão na Presidência da Corte”. O magistrado ratificou que o programa de melhoria das instalações de 1º grau, para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência e aprimorar a qualidade do meio ambiente de trabalho de magistrados, servidores e advogados, é uma meta constante em sua administração.

Participaram da cerimônia os desembargadores Edmundo Fraga Lopes, vice-presidente judicial do TRT-15, Fabio Grasselli, presidente da 10ª Câmara da Corte, e João Batista Martins César, que preside a 6ª Turma, a 11ª Câmara e o Comitê Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da 15ª Região. Também compareceram o juiz Valdir Rinaldi Silva, titular da 4ª VT de Sorocaba, o prefeito de Itapeva, Luiz Antonio Hussne Cavani, os presidentes da Câmara Municipal, Oziel Pires de Moraes, e da OAB local, Marcelo Penteadado de Moura, o procurador do trabalho Gustavo Rizzo Ricardo e o gerente regional do Ministério do Trabalho, Lisandro de Almeida Ferreira. ●

Tribunal doa materiais para órgãos públicos e entidades assistenciais, incentivando a reutilização de bens

Somente nos últimos três anos, o TRT-15 doou dezenas de órgãos públicos e instituições assistenciais paulistas nada menos do que 16.603 itens que já não atendiam mais as necessidades do Regional, como móveis, equipamentos de informática e objetos de escritório. Entre as instituições beneficiadas estão a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo, a Guarda Municipal de Campinas, a Penitenciária Feminina de Votorantim, a Santa Casa de Barretos, as Prefeituras de Aparecida, Assis, Batatais, Botucatu, Campinas, Penápolis, Pindamonhangaba, Porto Ferreira, Presidente Venceslau e Sertãozinho e entidades filantrópicas como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) e o Centro de Promoção para um Mundo Melhor (Cepromm), instituição campineira que atende crianças, adolescentes e mulheres em situação de risco.

Para o presidente da Corte, desembargador Fernando da Silva Borges, além de viabilizar a constante adequação das instalações físicas da Justiça do Trabalho da 15ª Região e a renovação responsável dos seus recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), condição para o bom funcionamento do Processo Judicial Eletrônico (PJe), as doações contribuem para o trabalho desenvolvido pelas instituições beneficiadas, ao mesmo tempo que incentivam a reutilização de bens. “Nossa principal motivação é promover a gestão eficiente dos recursos públicos, contribuindo para a prática de políticas públicas sustentáveis, uma das metas do Plano Estratégico do TRT-15 para o período 2015-2020.”

A Guarda Municipal de Campinas só tem elogios à medida. Em 2016, a instituição recebeu do Tribunal cerca de 130 itens, entre mesas, cadeiras, móveis para arquivos e até um aparelho de ar-condicionado. “Já está tudo em uso”, garante o subcomandante da corporação, Mário José Boldrin.

Análise criteriosa

A triagem dos materiais ociosos – tanto os que ainda se encontram em boas condições de uso como os passíveis de recuperação – e seu encaminhamento para doação são feitos pela Seção de Patrimônio, vinculada à Coordenadoria de Material e Logística do Tribunal, com base no Decreto 99.658, de 30 de outubro de 1990. O documento regulamenta, no âmbito da administração pública federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação (mediante venda, permuta ou doação) e outras formas de destinação de material. Entre outras medidas, o decreto determina, em seu artigo 5º, que os órgãos públicos devem informar à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão a existência de equipamentos de informática (incluindo os respectivos mobiliários e peças ou componentes) classificados como ociosos, recuperáveis ou até antieconômicos (quando sua manutenção for onerosa ou seu rendimento precário, em virtude de uso prolongado, desgaste prematuro ou obsolescência), visando ao seu reaproveitamento. À Secretaria cabe indicar a instituição receptora dos bens, que tanto pode ser uma entidade filantrópica reconhecida como de utilidade pública, como uma organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) que participe de projeto integrante do Programa de Inclusão Digital do governo federal. Caso a indicação não seja feita em até 30 dias, a doação pode se dar a critério do órgão de origem.

Os bens selecionados para doação (excluídos os equipamentos de informática) provenientes das unidades judiciárias da 15ª localizadas em Campinas e região ficam armazenados no almoxarifado central do Tribunal, no distrito campineiro de Barão Geraldo. Os demais são doados na própria região onde a unidade está instalada. Os órgãos públicos ou entidades

Só nos últimos três anos, mais de 16.600 itens foram doados



filantrópicas reconhecidas como de utilidade pública interessados nas doações devem mandar um e-mail para smp@trt15.jus.br. Como o processo de baixa patrimonial dos bens exige análise criteriosa, a autorização pode demandar alguns meses.

Política de preservação

A iniciativa também está alinhada à política socioambiental adotada pelo Regional, que, em 2014, tornou-se o primeiro órgão da Justiça em todo o mundo a aderir ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas. A proposta da ONU é mobilizar a comunidade mundial para a adoção de valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. “A responsabilidade socioambiental é a principal preocu-

pação do TRT-15 quanto à utilização dos recursos públicos. Como grande consumidora e usuária de recursos naturais, a administração pública tem um papel estratégico na promoção de novos padrões de consumo. É nosso dever sermos exemplo na redução dos impactos socioambientais”, afirmou Fernando Borges.

Entre as ações implementadas pelo Tribunal nessa área destaca-se a parceria firmada em 2014 com a CPFL Energia no âmbito do Programa de Eficiência Energética, que viabilizou a modernização do sistema de iluminação do edifício-sede da Corte, em Campinas, com a instalação de 9.048 lâmpadas LED (*Light Emitting Diode*), gerando uma economia de energia de 642,90 MWh/ano, o equivalente a R\$ 200 mil anuais. O Plano de Logística Sustentável da Corte, de julho de 2015, também impõe metas de redução no consumo de papel e água.

Encontro debate a política de gestão socioambiental da Justiça do Trabalho

O presidente da Comissão Gestora da Política de Responsabilidade Socioambiental do TRT da 15ª Região, desembargador Fabio Grasselli, participou, nos dias 28 e 29 de novembro, do 2º Encontro de Gestão da Responsabilidade Socioambiental, realizado na sede do TRT-4 (RS), em Porto Alegre. Instituído pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) como parte da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho, o evento reúne anualmente representantes de todas as cortes trabalhistas do País, incluindo o Tribunal Superior do Trabalho (TST). Este ano foram debatidos temas como práticas sustentáveis, inclusão de pessoas com deficiência, destinação correta de resíduos (Movimento Lixo Zero), compras sustentáveis e compartilhadas e economia de energia elétrica.

No encontro, o Ministério Público Estadual gaúcho apresentou suas iniciativas para a melhoria da mobilidade urbana, como o Move Caronas, que estimula servidores e membros do órgão a compartilhar o carro no trajeto casa-trabalho, e o Move Bike, que preconiza o uso da bicicleta como meio de transporte. O auditor Marcelo Orlandi Ribeiro, do Tribunal de Contas da União (TCU), falou sobre o Índice de Avaliação de Sustentabilidade na Administração Pública, criado pelo TCU para, com base numa série de indicadores, avaliar o grau de sustentabilidade dos órgãos públicos brasi-

leiros. Já o especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental Renato Cader da Silva, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, defendeu o compartilhamento de licitações, tanto entre órgãos públicos diferentes quanto entre unidades do mesmo órgão. Segundo ele, entre as vantagens que a medida proporciona estão a economia de escala, a redução de gastos com licitações redundantes e o aperfeiçoamento e padronização de procedimentos licitatórios.

Do Judiciário falaram Joaquim Otávio Pereira da Silva Junior, coordenador de Gestão Estratégica do CSJT, e Jomar Pereira da Silva, que coordena o Núcleo Socioambiental do TST. Jomar detalhou o funcionamento do Sistema de Gestão Estratégica (Sigest) da Corte superior, que possui uma série de funcionalidades para acelerar o preenchimento e a correlação de dados e está disponível para todos os TRTs do País.

O evento contou ainda com a participação de representantes do Grupo Interinstitucional de Cooperação Socioambiental (Gisa), que, desde sua criação, em 2010, congrega instituições vinculadas ao Judiciário gaúcho na promoção de ações conjuntas em prol do meio ambiente. Entre as principais iniciativas do grupo está a coleta de resíduos eletrônicos, que são doados a entidades para reciclagem ou reutilização. Lançada em 2015, a campanha já recolheu cerca de 5 toneladas de material. ●

TRT-15 recebe do Conselho Nacional de Justiça o Selo Justiça em Números na categoria Ouro

Em reconhecimento ao investimento do TRT da 15ª Região na gestão da informação e no cumprimento de normas de transparência, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) concedeu ao Tribunal o Selo Justiça em Números 2017 na categoria Ouro. A entrega foi feita durante o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, nos dias 20 e 21 de novembro.

Foi o quarto ano consecutivo em que o CNJ ratificou a qualidade do trabalho de magistrados e servidores do TRT-15. Nesse período, o Regional recebeu três selos na categoria Ouro e um na Diamante, a mais elevada.

Além do requisito básico de encaminhamento ao Conselho das informações do Sistema de Estatística do Poder Judiciário, que este ano passou a ser obrigatório, também são avaliados, para a concessão do selo, quesitos como o nível de informatização do tribunal, o uso de relatórios estatísticos para o planejamento estratégico e o cumprimento de resoluções do próprio CNJ alinhadas à gestão da informação.

Em 2017, também fez parte das exigências para fazer jus ao selo a implantação de um núcleo socioambiental, conforme previsto na Resolução 201/2015 do Conselho. O documento determina que os órgãos do Poder Judiciário devem implementar o Plano de Logística Sustentável (PLS), para reduzir o impacto ambiental de suas atividades.

Outro item avaliado no ano passado foi a implantação do Comitê Gestor Regional, conforme determina a Resolução 194/2014 do CNJ, que instituiu a Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição. ●



Desembargadora Tereza Asta ministra aulas para novos juizes de vários TRTs do País

A desembargadora Tereza Aparecida Asta Gemignani, da 1ª Câmara do TRT-15, ministrou em 21 de novembro, para juizes de vários regionais do País, uma série de aulas na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), na sede do Tribunal Superior do

Trabalho (TST), em Brasília. Os magistrados foram empossados recentemente e compõem a turma do 23º Curso de Formação Inicial da Enamat.

No período da manhã, a desembargadora lecionou sobre “A importância da prova no processo do trabalho”. À tarde o tema foi “O precedente e a atuação do juiz: teoria e prática”, com uma análise que incluiu também as alterações promovidas pela Lei 13.467/2017 e pela Medida Provisória 808/2017, na chamada reforma trabalhista. “As atividades se concentraram em temas relevantes para o exercício da jurisdição, com intensa participação do grupo na discussão de questões recorrentes e controversas que permeiam a atividade do juiz”, sublinhou Tereza Asta. ●





“Ninguém constrói uma carreira tão brilhante sem a serenidade e a competência do verdadeiro magistrado”, sublinhou o desembargador Fernando Borges (dir.), em cerimônia que contou com a presença de seus colegas Lorival Ferreira dos Santos (esq.) e Samuel Hugo Lima

Ministra Rosa Weber, do Supremo, recebe a mais alta comenda do TRT

A ministra Rosa Maria Weber Candiota da Rosa, do Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu em 23 de novembro o Grande Colar do Mérito Judiciário da Justiça do Trabalho da 15ª Região, em reconhecimento aos serviços prestados à sociedade. A comenda, a mais elevada do TRT-15, foi entregue pelo presidente do Regional, desembargador Fernando da Silva Borges, em cerimônia realizada na sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. Entre outras autoridades, participaram da solenidade o então presidente do TST, ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, e os desembargadores Samuel Hugo Lima, corregedor da 15ª Região e secretário-geral do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho, e Lorival Ferreira dos Santos, que presidiu o TRT-15 no biênio 2014-2016.

Rosa Weber ingressou na Magistratura Trabalhista em 1976, como juíza substituta da 4ª Região (RS). Quinze anos mais tarde, foi promovida a desembargadora do TRT-4, Corte que presidiu no biênio 2002-2004. Nomeada ministra do TST em 2006, lá permaneceu até tomar posse no Supremo, em dezembro de 2011. “Ninguém constrói uma carreira tão brilhante sem a serenidade, a tranquilidade e a competência do verdadeiro magistrado”, afirmou o desembargador Fernando Borges.

A homenageada destacou que seu maior orgulho como integrante do STF é o fato de ter vindo da Magistratura Trabalhista. “A Justiça do Trabalho é a minha casa. ‘A gente continua sempre a morar na velha casa em que nasceu’”, expressou a ministra, citando o poeta gaúcho Mario Quintana. ●

Desembargadores Ana Amarylis e José Otávio são homenageados pelo TRT da 7ª Região

Os desembargadores Ana Amarylis Vivacqua de Oliveira Gulla, ouvidora da 15ª Região, e José Otávio de Souza Ferreira, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec) do Regional, receberam do TRT da 7ª Região (CE), em 7 de dezembro, a Comenda da Ordem Alencarina do Mérito Judiciário do Trabalho, no grau de Grande Oficial. ●



Os homenageados com o colega Plauto Carneiro Porto (centro), do Regional cearense



“Tão importante quanto os valores pagos é a resolução do conflito pela via negociada, atingindo assim a finalidade da Justiça, que é a paz social”, afirmou o presidente do TRT-15, desembargador Fernando Borges (esq.). Seu colega José Otávio de Souza Ferreira (dir.), coordenador do Nupemec da 15ª Região, ressaltou a atuação dos magistrados e servidores do Regional durante a Semana

Na 12ª Semana Nacional da Conciliação acordos na 15ª somam quase R\$ 125 mi

O esforço de magistrados e servidores do TRT-15 garantiu o pagamento de R\$ 124,48 milhões durante a 12ª Semana Nacional da Conciliação, realizada de 27 de novembro a 1º de dezembro. Foram 3.637 processos conciliados, em 10.137 audiências. “Tão importante quanto os valores pagos é a resolução do conflito pela via negociada, atingindo assim a finalidade da Justiça, que é a paz social”, sublinhou o presidente da Corte, desembargador Fernando da Silva Borges.

Reforçando as palavras do colega, o coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec) do TRT-15, desembargador José Otávio de Souza Ferreira, destacou a atuação de magistrados e servidores da 15ª durante o mutirão, tanto nas 153 varas do trabalho e 10 postos avançados do Regional quanto nos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejuscs-JT). “Atendimento humanizado, diálogo, perseverança e motivação são palavras de ordem nas audiências de tentativa de conciliação, e cada caso é tratado de forma específica”, enfatizou o magistrado. Além do Cejusc-JT de 2º grau, que funciona na sede administrativa da Corte, no Centro de Campinas, a Justiça do Trabalho da 15ª Região conta também com uma unidade dessa natureza em cada uma das oito cidades-sede de circunscrição – Araçatuba, Bauru, Campinas, Presidente Prudente, Ribeirão Preto, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba.

“Conciliar: nós concordamos” foi o *slogan* da Semana em 2017. “A conciliação é uma forma de hu-

manização da Justiça e tem de ser fruto da livre manifestação de vontade das partes. O Judiciário não pode impor o acordo, mas, sim, por meio de um especialista, promover a aproximação das partes para que elas mesmas cheguem à solução negociada do processo. Nisso, o TRT-15 tem sido um verdadeiro protagonista”, enfatizou Fernando Borges. O presidente da Corte observou que, independentemente da realização dos mutirões, a Justiça do Trabalho está permanentemente aberta a quem pretende buscar o acordo. Na 15ª, para pedir a inclusão do processo numa pauta de tentativa de conciliação basta entrar em contato com o Tribunal pelo telefone 08007735242 ou pelo e-mail cejuscjt2@trt15.jus.br. Quem preferir pode preencher o formulário disponível na página <http://portal.trt15.jus.br/conciliar>.

Esforço concentrado

Percentualmente, entre as nove unidades do gênero, o destaque da Semana no TRT-15 ficou com o Cejusc de 2º Grau, onde houve acordo em cerca de seis de cada dez tentativas de conciliação no período. Já pelo critério de total de processos conciliados, o Cejusc de 1º Grau da Circunscrição de Campinas terminou o mutirão em 1º lugar na 15ª, com 343 feitos solucionados. Sob a coordenação da juíza Ana Cláudia Torres Vianna, a unidade atende uma jurisdição que abrange 78 municípios, incluindo Americana, Bragança Paulista, Hortolândia, Indaiatuba, ►

Jundiaí, Limeira, Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Paulínia, Piracicaba, Rio Claro e Sumaré. Entre os trabalhadores beneficiados estão 150 ex-empregados de uma empresa de tecelagem de Itu falida há mais de 20 anos. Foram necessárias mais de sete horas de negociação para que os processos, ajuizados de 1991 a 1996, finalmente chegassem ao fim.

Em valores pagos, o Cejusc de 1º Grau da Circunscrição de Araçatuba foi o 1º colocado, ao homologar acordos que totalizaram R\$ 15,31 milhões. “Fizemos uma atuação itinerante, passando por todos os municípios da circunscrição, com 40 audiências por dia, das 8h às 19h”, detalha o juiz Clóvis Victório Júnior, coordenador do Centro. São 49 cidades na jurisdição.

Nova iniciativa do Regional incrementa as conciliações em ações com Recurso de Revista

Uma das novidades nesta edição da Semana Nacional da Conciliação no TRT-15 foi a inclusão de 200 processos com Recurso de Revista (RR) na pauta do Cejusc-JT de 2º Grau. A medida, uma ação conjunta da Presidência – por meio do Nupemec – e da Vice-Presidência Judicial (VPJ) da Corte, resultou em R\$ 4,3 milhões, somados os acordos obtidos. “Em 2018 vamos criar o projeto Conciliação em Recursos de Revista, o ConciliaRR, para levar também aos Cejusc de 1º Grau essa bem-sucedida iniciativa”, antecipou, durante o mutirão, o vice-presidente judi-

cial do TRT, desembargador Edmundo Fraga Lopes, que atuou nas audiências ao lado da coordenadora do Centro, juíza Kathleen Mecchi Zarins Stamato, e do juiz auxiliar da VPJ, Renato Henry Sant’Anna.

Incluindo outros R\$ 852.340, fruto de 14 processos conciliados em 8 de novembro, os acordos em ações com RR celebrados no Cejusc-JT de 2º Grau ultrapassaram os R\$ 5 milhões somente nessas duas primeiras ocasiões. “Inauguramos um trabalho conjunto com o objetivo de aprimorar a conciliação nessa delicada fase processual”, comemorou Edmundo.

Coordenadora do Cejusc de 2º Grau vence o Prêmio Conciliar é Legal, na categoria Juiz Individual da Justiça do Trabalho

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu em 6 de fevereiro a entrega do 8º Prêmio Conciliar é Legal, em cerimônia comandada pela ministra Cármen Lúcia, presidente do Conselho e do Supremo Tribunal Federal (STF). Realizada na própria sede do CNJ, em Brasília, logo após a primeira sessão plenária do colegiado em 2018, a solenidade contou com a presença dos desembargadores Fernando da Silva Borges, presidente do TRT-15, Samuel

Hugo Lima, corregedor da 15ª Região e secretário-geral do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho (Coleprec), e José Otávio de Souza Ferreira, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec) do Regional. Foram mais de 80 inscritos, em 12 categorias. Entre os premiados desta edição está a juíza Kathleen Mecchi Zarins Stamato, coordenadora do Cejusc-JT de 2º Grau do TRT da

A juíza Kathleen Mecchi Zarins Stamato recebeu o prêmio na sede do CNJ, em Brasília. Magistrada implantou a prática “Antecipando a execução no TRT-15”



15ª Região, vencedora na categoria Juiz Individual da Justiça do Trabalho, com a prática “Antecipando a execução no TRT-15”.

Esta é a segunda vez consecutiva que a 15ª Região vence essa categoria. Na edição anterior do prêmio, os juízes José Roberto Dantas Oliva, então titular da 1ª VT de Presidente Prudente e diretor do Fórum Trabalhista (FT) da cidade – atualmente Oliva é titular da VT de Presidente Venceslau, na mesma região –, e Vanessa Maria Sampaio Villanova Matos, coordenadora do Cejusc-JT de 1º Grau daquela Circunscrição, foram os vencedores graças à iniciativa “A arte de conciliar”. Na XI Semana Nacional da Conciliação, realizada de 21 a 25 de novembro de 2016, os magistrados transformaram o átrio e todas as salas de espera do FT de Presidente Prudente num palco para diversas manifestações artísticas, como exposições, dança e apresentações musicais.

Resultados concretos

“O Cejusc-JT de 2º Grau promove audiências de conciliação de processos julgados pelas câmaras do Tribunal, no período compreendido entre o trânsito em julgado e a baixa à vara do trabalho de origem. As partes são intimadas para juntar os cálculos de liquidação e, com o acompanhamento de um perito contábil judicial, discutem esses números. Se chegam a um consenso, é celebrado o acordo. Nessas circunstâncias, os autos são baixados à vara do trabalho já com a solução definitiva. Se for o caso, são expedidos alvarás e guias de levantamento de depósitos sobre recolhimentos fiscais e previdenciários, entre outras despesas processuais, restando à VT providências de tramitação e regularização de dados para fins estatísticos, se necessário. Caso não haja acordo, são feitas

a análise dos cálculos e a homologação, com a intimação do devedor para pagamento. A quitação da dívida, total ou ao menos parcial, também pode ser feita com a liberação de depósitos recursais ou judiciais existentes nos autos. O credor já sai da audiência com algum pagamento concreto, e o processo baixa à origem com a fase de liquidação encerrada e a execução iniciada”, explica a juíza Kathleen.

O Centro prioriza três frentes de atuação: a conciliação dos processos em fase recursal, bem como os de competência originária do Tribunal previstos no Regimento Interno da Corte; o auxílio, em caráter itinerante, a varas do trabalho com grande número de processos e o estabelecimento de diálogo com os executivos da área jurídica das empresas para divulgar os benefícios da conciliação. O contato com a unidade pode ser feito por intermédio do e-mail cejuscjt2@trt15.jus.br.

Estímulo

O Prêmio “Conciliar é Legal” foi lançado em 2010 para identificar, disseminar e estimular ações de modernização na Justiça, sobretudo as que contribuem para a pacificação de conflitos. Podem participar do evento tribunais, magistrados, instrutores de mediação e conciliação, instituições de ensino, professores, estudantes, advogados, empresas ou quaisquer entes privados promotores de práticas de solução consensual de processos implementadas individualmente ou em grupo. Os vencedores de 2017 foram escolhidos em 15 de dezembro pelo Comitê Gestor de Conciliação do CNJ, com base em critérios como eficiência da iniciativa, restauração das relações sociais, criatividade, alcance social, desburocratização e satisfação do usuário. ●

A exemplo do que ocorre nas unidades similares da 1ª instância, no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas de 2º Grau da Justiça do Trabalho da 15ª Região prevalecem o atendimento humanizado e o diálogo nas tentativas de conciliação





Representantes de cerca de 200 empresas de Araçatuba participaram da audiência pública no Senai da cidade. No destaque, o presidente do Tribunal, desembargador Fernando da Silva Borges, e a procuradora do trabalho Ana Raquel Machado Bueno de Moraes, que assinaram o documento em nome das instituições

Cidadão Aprendiz: TRT e MPT firmam parceria em iniciativa voltada a jovens em vulnerabilidade socioeconômica

O presidente do TRT da 15ª Região, desembargador Fernando da Silva Borges, e a procuradora do trabalho Ana Raquel Machado Bueno de Moraes, do Ministério Público do Trabalho (MPT) em Araçatuba, firmaram em 2 de fevereiro, durante audiência pública realizada naquela cidade, um termo de cooperação técnica para promover a formação profissional, em programas de aprendizagem, de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Denominada Cidadão Aprendiz, a iniciativa é dirigida, inclusive, aos egressos da Fundação Casa ou mesmo aos que ainda cumprem medida socioeducativa na instituição, tanto em regime aberto – prestação de serviços à comunidade ou liberdade assistida – quanto na chamada semiliberdade, em que os jovens dormem numa unidade da Fundação e, durante o dia, sob orientação pedagógica e monitoramento, fazem atividades educativas externas, com a obrigação de freqüentar o ensino formal e cursos de educação profissional. Também fazem parte do programa o Ministério do Trabalho, o Ministério Público Estadual de São Paulo, o Tribunal de Justiça do estado,

o Município de Araçatuba, a própria Fundação Casa e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), responsável pela formação profissional dos aprendizes.

Realizada no auditório do Serviço Nacional da Indústria (Senai) de Araçatuba, a audiência pública contou com a participação de representantes de aproximadamente 200 empresas da cidade, além de magistrados, promotores, procuradores, advogados, auditores fiscais do trabalho, integrantes do Sistema S, servidores públicos e membros de entidades de assistência social. A iniciativa teve como objetivo reafirmar ao empresariado a importância do cumprimento das cotas de contratação de aprendizes definidas na Lei 10.097/2000, a chamada Lei da Aprendizagem, e estimular a adesão dos empreendedores ao programa Cidadão Aprendiz.

Segundo a lei, empresas de médio e grande porte são obrigadas a contratar aprendizes em número equivalente a no mínimo 5% e no máximo 15% do total de empregados cujas funções demandem formação profissional. Podem ser contratados adolescentes e jovens dos 14 aos 23 anos, que tenham concluído ou ►

Presidente do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho da 15ª Região, o desembargador João Batista Martins César defendeu enfaticamente a educação como forma de resgatar adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica



que estejam cursando o ensino fundamental. O contrato de trabalho tem duração de até dois anos e deve ser anotado na carteira de trabalho do aprendiz. Durante esse período, o jovem é capacitado por uma instituição formadora e pela empresa que o contratou, combinando teoria e prática. Além disso, o aluno tem direito ao salário mínimo hora, entre outras verbas.

Prioridade para os que mais precisam

A audiência foi aberta pelo juiz Adhemar Prisco da Cunha Neto, coordenador do Juizado Especial da Infância e Adolescência (Jeia) da Circunscrição de Araçatuba. Titular da 1ª Vara do Trabalho (VT) local, o magistrado falou sobre a origem e a meta do Cidadão Aprendiz, fruto da comunhão de esforços de várias instituições do poder público federal, estadual e municipal. “O foco são os jovens com algum grau de vulnerabilidade social, aqueles que, por uma ou outra razão, não têm a mesma oportunidade de acesso à educação e ao bem-estar socioeconômico. São os que mais precisam de oportunidades para construir um futuro digno.” Dirigindo-se aos empresários, Adhemar afirmou que a contratação de aprendizes não é um custo, mas sim um investimento em pessoal qualificado.

“Nosso objetivo aqui é falar não só do dever legal, mas também da responsabilidade social dos empresários em dar uma oportunidade a esses adolescentes, que precisam ter a autoestima resgatada. Não podemos fechar as portas para eles”, disse, por sua vez, a procuradora Ana Raquel, à frente da iniciativa desde o seu início. Ela enfatizou que o MPT está disposto a negociar com as empresas que ainda não cumprem a Lei da Aprendizagem. “Eventuais multas impostas em decorrência do descumprimento da lei podem, por exemplo, ser canceladas em razão da adesão da empresa ao programa Cidadão Aprendiz.”

O promotor da Infância e Juventude de Araçatuba, Joel Furlan, conclamou todos a romperem com o

preconceito. “O perfil dos adolescentes da Fundação Casa na cidade não é violento. A maioria está internada por tráfico de drogas. Eles trabalham para os traficantes, ou seja, são vítimas da situação.” Segundo Furlan, o poder público “prende bem”, mas pouco faz para prevenir o ingresso dos jovens no crime, como, por exemplo, prover os bairros pobres de uma infraestrutura de serviços adequada e promover a educação e a formação profissional dos moradores desses locais.

Também se manifestaram em prol da adesão ao Cidadão Aprendiz o gerente regional do Ministério do Trabalho em Araçatuba, Marcos Antônio Figueiredo, e o juiz Adeilson Ferreira Negri, titular da 2ª Vara das Execuções Criminais e Anexo da Vara da Infância e Juventude da cidade. Num depoimento emocionante, Negri revelou que começou sua trajetória profissional como aprendiz, aos 14 anos, e atribuiu ao fato de ter contado com uma forte estrutura familiar a conquista do cargo na Magistratura.

Mãos unidas

Falando em nome do Poder Executivo de Araçatuba, a vice-prefeita Edna Flor lembrou que, entre os direitos assegurados no artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, está o de profissionalização. “O ECA tem de valer também para as crianças das periferias pobres”, preconizou.

O diretor da 2ª Divisão Regional Oeste da Fundação Casa, Júlio César Padovan, informou que em 2017 a instituição recebeu cerca de 150 adolescentes infratores provenientes da Comarca de Araçatuba, dos quais 95% são meninos. A taxa de reincidência, acrescentou Padovan, é de aproximadamente 20%. “Sem acesso a políticas públicas, vivendo num verdadeiro submundo, esses jovens sofrem a influência do crime organizado. Na Fundação Casa de Araçatuba, porém, eles têm acesso a educação, cultura, saúde, esporte e também a profissionalização, graças ao convênio com o Senac da cidade”, afirmou o diretor. Ele adiantou que a iniciativa ►

O coordenador do Juizado Especial da Infância e Adolescência (Jeia) da Circunscrição de Araçatuba, juiz Adhemar Prisco da Cunha Neto (dir.), entregou ao proprietário da rede de supermercados Rondon, Antônio de Vizo, um certificado de reconhecimento por sua adesão aos programas de aprendizagem

será estendida a outros municípios. “Em Marília, já no próximo mês de agosto. Posteriormente implantaremos em Bauri, Presidente Prudente e Rio Preto.”

Segundo a gerente do Senac local, Marlene dos Santos Zequin, são 20 turmas por ano em Araçatuba e cinco em Birigui. Cada uma delas tem de 20 a 30 alunos. “Do grupo que começou em 2017, seis adolescentes fazem parte do Cidadão Aprendiz, dos quais três estão cumprindo medida socioeducativa.”

Um dos pontos altos do evento foi o depoimento do proprietário da rede de supermercados Rondon, Antônio de Vizo, pioneiro na adesão ao projeto. “Eu já cumpria a minha cota legal de aprendizes, mas resolvi participar mesmo assim. Aderi de coração. Inicialmente tive receio, mas deu tudo certo. Não tenho nenhuma restrição”, garantiu o empresário, que recebeu das mãos do juiz Adhemar Prisco da Cunha Neto um certificado de reconhecimento “pela imprescindível parceria”.

O procurador do trabalho Ronaldo José de Lira esclareceu que até mesmo as empresas que atuam em atividades insalubres ou perigosas – como vigilância, por exemplo – podem cumprir, de forma indireta, a cota estabelecida pela Lei 10.097/2000. “Os aprendizes podem realizar suas atividades em algum órgão público, como as unidades do Judiciário ou a própria prefeitura local, por exemplo. Se a empresa tiver interesse de contratar nessa modalidade, o Ministério do Trabalho faz o encaminhamento. Isso já tem sido feito com sucesso em outros estados.”



O presidente do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho da 15ª Região, desembargador João Batista Martins César, por sua vez, fez uma defesa enfática da educação no processo de resgate dos adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica. “A Coreia do Sul já mostrou que a educação é a mola propulsora de uma sociedade. Após pesados investimentos na área no final da década de 1960, o país, a despeito do pequeno território, alcançou um PIB equivalente ao brasileiro. Aqui no Brasil a aprendizagem é uma das portas para isso. Abram essa porta. Estamos perdendo a genialidade de nossos jovens para o crime organizado.”

Engajamento

Encerrando a série de pronunciamentos, o desembargador Fernando Borges lembrou que o Regional está engajado não só no combate ao trabalho infantil e no encaminhamento dos adolescentes maiores de 14 anos à aprendizagem profissional, mas também na luta em favor do trabalho decente e da segurança no trabalho. “São áreas sociais em que o Tribunal atua com efetividade. Somos o único regional trabalhista ▶

A audiência pública contou com a participação de jovens que cumprem medida socioeducativa e foram contratados pelo supermercado Rondon no âmbito do projeto Cidadão Aprendiz



do País a instalar os Juizados Especiais da Infância e Adolescência. É preciso, no entanto, que haja o engajamento de outras instituições e, principalmente, dos empresários. A Constituição Federal de 1988 é muito clara quanto à função social das empresas. O proprietário dos supermercados Rondon mostrou bem isso.”

O magistrado recordou ainda a iniciativa da gestão do colega Lorival Ferreira dos Santos, presidente do TRT-15 no biênio 2014-2016 e também presente à audiência pública, de adesão do Tribunal ao projeto que visa convencer o empresariado a proporcionar a jovens negros a oportunidade do primeiro emprego. Destacou também o Aprendizes da Justiça, que preconiza a contratação de adolescentes para atuar em unidades do Judiciário. Já implementada no Fórum Trabalhista de Ribeirão Preto, a iniciativa deve ser levada para o FT de Campinas. “O que

se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade”, concluiu Fernando Borges, citando o sociólogo húngaro Karl Mannheim (1893-1947).

Também participaram da audiência, entre outras autoridades, o desembargador João Alberto Alves Machado, da 10ª Câmara do TRT-15, e os juízes Alcione Maria dos Santos Costa Gonçalves e José Roberto Dantas Oliva, titulares, respectivamente, da 2ª VT de Araçatuba e da VT de Presidente Venceslau. Oliva também é membro da Comissão Nacional do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho e do Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho da 15ª Região, além de coordenador do Jeia da Circunscrição de Presidente Prudente.

TRT, Arquidiocese de Campinas e outras instituições públicas e privadas lançam carta pela erradicação do trabalho infantil

O combate à exploração ilegal da mão de obra de crianças e adolescentes mobilizou a comunidade católica de Campinas e representantes de instituições públicas e privadas em 8 de dezembro, durante as celebrações do Dia da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, padroeira do município. Aproximadamente 5 mil fiéis caminharam em procissão pelas ruas do Centro da cidade, até a Catedral Metropolitana, onde assistiram à homília e à assinatura da Carta de Campinas pela Erradicação do Trabalho Infantil. O ato público foi uma iniciativa conjunta da Arquidiocese local, do TRT da 15ª Região, do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) e da 3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, sediada na cidade. “Se conseguirmos erradicar o trabalho infantil, teremos no futuro homens e mulheres

mais bem preparados”, afirmou na homília o arcebispo metropolitano, dom Airton José dos Santos.

O ato religioso foi acompanhado pelos desembargadores João Batista Martins César, presidente do Comitê Regional de Combate ao Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da 15ª Região, e Tereza Aparecida Asta Gemignani, também integrante do Comitê. A magistrada, que representou o presidente do TRT-15, desembargador Fernando da Silva Borges, explicou que a Carta de Campinas formaliza um compromisso das instituições com a formação adequada das crianças e adolescentes como profissionais e cidadãos. “O trabalho precoce retira o jovem da escola e o submete a várias situações de risco, como acidentes e doenças profissionais, uma vez que seu corpo ainda está em formação e não tem condições de suportar a carga de trabalho.”

Representando o colega Fernando da Silva Borges, presidente do Tribunal, a desembargadora Tereza Asta Gemignani (3ª à dir.) leu a Carta de Campinas pela Erradicação do Trabalho Infantil





Procissão que celebrou o Dia da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, padroeira da Cidade de Campinas, foi marcada pelo combate à exploração irregular da mão de obra de crianças e adolescentes

O documento reafirma que é imprescindível uma “educação de qualidade, gratuita, universalizada, atrativa, de preferência em tempo integral, dos 4 aos 17 anos, como asseguram a Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. A Carta preconiza ainda a aprendizagem profissional como instrumento de combate ao trabalho infantil e o fortalecimento do chamado Sistema de Justiça da Infância e Juventude, do qual fazem parte o Poder Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a OAB e os Conselhos Tutelares, entre outros órgãos e instituições.

A Organização das Nações Unidas estabeleceu 2025 como o limite para a eliminação de todas as formas de trabalho infantil no mundo, meta com a qual

o governo brasileiro está comprometido. Para denunciar casos de exploração e violência contra crianças e adolescentes basta ligar para o Disque 100.

Também participaram da missa e da assinatura da Carta a juíza do trabalho Camila Ceroni Scarabelli, coordenadora do Jeia da Circunscrição de Campinas, os procuradores do trabalho Maria Stela Guimarães De Martin, chefe do MPT da 15ª Região, e Ronaldo José de Lira, vice-coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância) – órgão do MPT –, o promotor de Justiça e assessor do Centro de Apoio às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude do MPSP, Denis Henrique Silva, e o presidente da OAB de Campinas, Daniel Blikstein.

Seminário em Fernandópolis debate o combate ao trabalho infantil e o estímulo à aprendizagem

O Jeia de Fernandópolis promoveu em 7 de dezembro, na Câmara de Vereadores do município, o seminário “Geração de (o) futuro! – vamos construir juntos?”, para incentivar a adesão de empresas da região a programas de aprendizagem. Realizado em parceria com a prefeitura da cidade e com entidades de capacitação e apoio ao adolescente, o encontro contou com a participação, entre outras au-

toridades, do juiz do trabalho Marcel de Avila Soares Marques, coordenador em exercício do Jeia, do prefeito André Pessuto e do juiz de direito Arnaldo Luiz Zasso Valderrama, titular da 1ª Vara Criminal e da Seção da Infância e Juventude da Comarca de Fernandópolis.

A programação teve início com a palestra “Jovem: o futuro profissional”, proferida pelo juiz Marcel. Na sequência, o advogado Daniel Tridico Arroio falou ►



Mobilização: em Fernandópolis, seminário reuniu membros do Judiciário, do Executivo e da OAB, além de representantes de empresas e de entidades de capacitação e apoio ao adolescente

sobre a Lei da Aprendizagem. Arroio, inclusive, começou sua carreira profissional como aprendiz do Centro de Apoio à Educação e Formação do Adolescente (Caefa), entidade sediada em Fernandópolis.

A representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Suzete Angélica Ferrarezi Izaías, detalhou as atividades do órgão, o qual mantém cadastradas 13 entidades que, juntas, prestam assistência a mais de 800 crianças e adolescentes, com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da

Criança e do Adolescente (FMDCA). Segundo o CMDCA, em 2016 o Fundo arrecadou R\$ 1.130.635,46, por intermédio da campanha “O leão é seu amigo”, em que os contribuintes destinam para o FMDCA até 6% do Imposto de Renda devido. Já em 2017, graças ao sucesso cada vez maior da campanha, a arrecadação atingiu R\$ 1.376.526,60 (aumento de 21,75%).

Também palestraram o presidente do Caefa, Flávio Henrique Leoni, e a representante do Centro Social de Votuporanga, Camila Fernanda Santana.

Audiência pública em Ribeirão Preto promove a contratação de aprendizes

O Jeia da Circunscrição de Ribeirão Preto, em parceria com a Procuradoria do Trabalho no município e a Gerência Regional do Trabalho, realizou em 8 de dezembro, na sede local do Senac, uma audiência pública para esclarecer empresários da região sobre a Lei da Aprendizagem.

Na audiência, os representantes das empresas debateram o tema com o juiz coordenador do

Jeia, Tarcio José Vidotti, com o procurador do trabalho Élisson Miessa dos Santos, com a auditora fiscal do trabalho Taís Rodrigues e com a coordenadora de Educação Profissional do Senac local, Eliana Gentil. Durante todo o evento, funcionou no local uma sala de apoio técnico, onde os participantes podiam obter mais informações sobre a contratação de aprendizes. ▶

O coordenador do Jeia da Circunscrição de Ribeirão Preto, juiz Tarcio José Vidotti (esq.), falou aos empresários da região sobre a Lei da Aprendizagem, que fixa a cota a ser cumprida pelos médios e grandes empregadores – mínimo equivale a 5% dos empregados cujas atividades demandem formação profissional



Em Marília, Jeia de Bauru debate políticas de inserção de jovens em situação de risco

O Jeia da Circunscrição de Bauru participou em 26 de janeiro, no Senac de Marília, do evento “Diálogos sobre a inserção do jovem em vulnerabilidade social no Programa de Aprendizagem – fortalecendo redes de atuação”. O encontro reuniu representantes da Promotoria da Infância e Juventude, da Fundação Casa, do Senai, das Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social e do Trabalho, Turismo e Desenvolvimento Econômico, bem como de empresas da região, para discutir a adoção de políticas de abertura do mercado de trabalho para o jovem aprendiz.

Em sua palestra, a coordenadora do Jeia e diretora do Fórum Trabalhista de Bauru, juíza Ana Cláudia Pires Ferreira de Lima, destacou as atividades do Juizado no combate ao trabalho infantil por meio do incentivo à aprendizagem. “A prioridade são os adolescentes na faixa dos 14 aos 18 anos e em situação de vulnerabilidade.”

A diretora da Casa de Semiliberdade de Marília, Luciana Ribeiro da Silva Teruel, e o diretor da Fundação Casa, Marcelo Augusto Gil Capeloci, falaram sobre o trabalho desenvolvido com os adolescentes em regime de semiliberdade e também com os que cumprem medidas socioeducativas no regime de internação. Os palestrantes abordaram as atividades proporcionadas nas unidades, que vão de esportes, artes, cursos de curta duração e acompanhamento por assistentes sociais até aulas de ensino fundamental e médio.

Andreia Peretti Sangaletti, que dirige o Senac local, lembrou que a instituição ministra cursos de curta duração aos adolescentes da Fundação Casa “com bons resultados”. Ela defendeu a criação de vagas de aprendizagem a serem preenchidas por esses jovens, após eles cumprirem as medidas socioeducativas.

Tribunal assina acordo de cooperação no combate ao tráfico de pessoas, ao trabalho escravo e à exploração infantil

Representando o presidente do TRT-15, desembargador Fernando da Silva Borges, a vice-presidente administrativa da Corte, desembargadora Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho, firmou em 10 de novembro, na sede do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), um acordo de cooperação para o compartilhamento de informações sobre tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração infantil. Também são signatários do documento o próprio TJSP, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (SP e MS), o TRT da 2ª Região, o Ministério Pú-

blico do estado, a Procuradoria Regional da República da 3ª Região, a Procuradoria da República no Estado de São Paulo, os Ministérios Públicos do Trabalho da 2ª e da 15ª Região, as Defensorias Públicas da União e do estado, a Seção São Paulo da OAB, as Polícias Federal e Rodoviária Federal, a Secretaria Estadual de Segurança Pública e a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad), organização não governamental sediada em Guarulhos.

O prazo de vigência do acordo é de dois anos e pode haver prorrogação. ●

Em nome do TRT-15, a vice-presidente administrativa da Corte, desembargadora Helena Rosa Mônaco S. L. Coelho, assinou o documento – iniciativa reúne extensa rede de órgãos públicos e outras instituições

Foto: Ascom TJSP





O desembargador Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, presidente do Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação do TRT-15, e a juíza Eliana dos Santos Alves Nogueira, coordenadora do Jeia de Franca – engajamento no combate ao trabalho infantil e à escravidão contemporânea

Em simpósio estadual, magistrados da 15ª Região debatem a erradicação do trabalho análogo ao de escravo

O presidente do Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação do TRT-15, desembargador Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, e a coordenadora do Jeia de Franca, juíza Eliana dos Santos Alves Nogueira, participaram em 2 de fevereiro do II Simpósio Estadual para Erradicação do Trabalho Análogo ao de Escravo. Promovido pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo, por intermédio do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP) e da Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo (Coetrae-SP), o evento foi realizado no auditório Espaço da Cidadania “André Franco Montoro”, na sede da Secretaria.

Em sua fala, o desembargador Zanella ressaltou a importância das ações da Coetrae-SP no combate ao trabalho análogo ao de escravo e às condições degradantes a que muitas pessoas têm sido submetidas.

Já a juíza Eliana, que integra o Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem da Justiça do Trabalho da 15ª Região, participou do painel “Atuação em rede do sistema de garantia de direitos:

estratégias para a erradicação do trabalho infantil e proteção do adolescente no município de Franca, SP”. Ela falou sobre as metas do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, apresentando um panorama da exploração irregular da mão de obra de crianças e adolescentes no País e, particularmente, na cidade de Franca.

O evento contou ainda com palestras do professor Sidney Aguilari Filho, que abordou o tema “A história da exploração infanto-juvenil, do racismo e da persistência da escravidão no Brasil”, e da procuradora do trabalho da 2ª Região Andrea da Rocha Carvalho Gondim, que falou sobre “O Ministério Público do Trabalho e o combate ao trabalho escravo”.

O simpósio lembrou o Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, celebrado em 28 de janeiro. Nessa data, no ano de 2004, os auditores fiscais do trabalho Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva foram assassinados quando investigavam denúncias de trabalho escravo no município de Unai, no noroeste mineiro, a cerca de 600 quilômetros de Belo Horizonte. Também foi morto na ocasião o motorista Ailton Pereira de Oliveira.

Mostra no Fórum Trabalhista de Ribeirão Preto expõe as mazelas da escravização de trabalhadores

“Trabalho escravo: uma realidade oculta”. Com esse tema, a Justiça do Trabalho de Ribeirão Preto promoveu de 5 a 28 de fevereiro uma exposição com cerca de 30 fotos para esclarecer sobre as características do trabalho escravo na atualidade e suas implicações

socioeconômicas e jurídicas. Iniciativa do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, a mostra reúne flagrantes obtidos por membros da categoria em operações do Grupo Especial Móvel de Combate ao Trabalho Escravo ou de Grupos Locais de Combate ao Trabalho Escravo. ►

A juíza Amanda Barbosa, uma das organizadoras da mostra, que reuniu cerca de 30 fotos para esclarecer sobre as características do trabalho escravo na atualidade e suas implicações socioeconômicas e jurídicas



Curadora da mostra, a auditora fiscal do trabalho Jamile Virgínio sublinhou que o combate ao trabalho escravo se concentra em três eixos: prevenção, ressocialização e acolhimento das vítimas, com a recomposição de seus direitos. Segundo Jamile, já foram resgatados do trabalho análogo ao de escravo no País mais de 51 mil trabalhadores, que receberam cerca de R\$ 96 milhões em verbas rescisórias e outros direitos trabalhistas.

Já a procuradora do trabalho Regina Duarte da Silva, representante regional da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), órgão do Ministério dos Direitos Humanos, focou as portarias editadas em 2017 pelo Ministério do Trabalho (MT) e que se relacionam com o tema da exposição: a 1.129 – revogada pelo MT após ter sua aplicação suspensa por decisão da ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber, para quem a portaria viola a Constituição Federal e acordos internacionais assinados pelo Brasil – e a 1.293, que substituiu a primeira. Regina esclareceu que a Portaria 1.129, publicada no último mês de outubro, pretendia alterar o conceito de trabalho análogo ao de escravo, restringindo o crime somente aos casos em que houvesse privação de liberdade. Caso o documento estivesse em vigor, situações em que os trabalhadores são submetidos a condições degradantes de trabalho e a jornada exaustiva, mas sem cerceamento de liberdade, não poderiam ser consideradas trabalho escravo. “Só nos anos de 2016 e 2017, 1.122 trabalhadores foram libertados no Brasil, mas apenas 153 deles, menos de 14%, foram encontrados em privação de liberdade. Se a portaria não tivesse

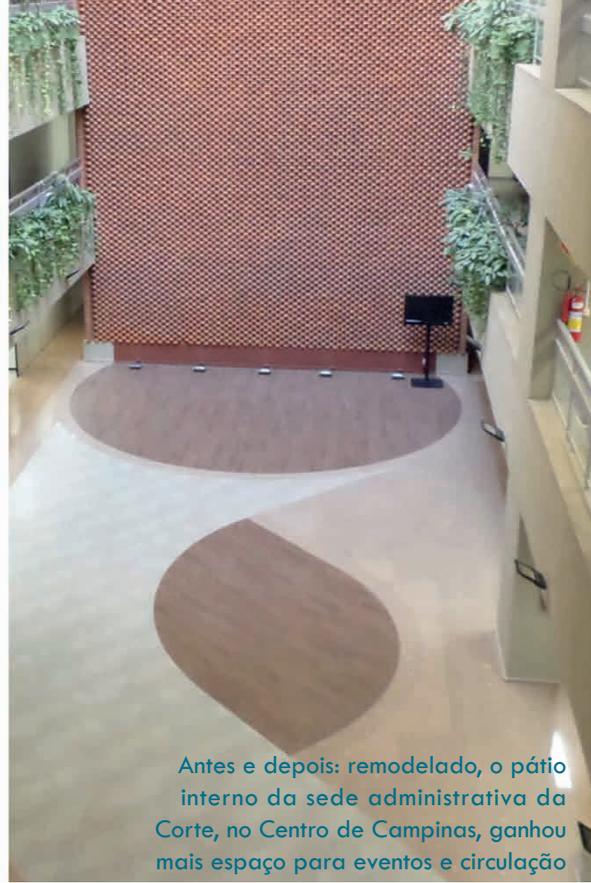
sido revogada, 959 dessas vítimas talvez ainda estivessem sob um regime de escravidão”, ponderou a procuradora. Já a nova portaria, destacou Regina, estabelece que “o trabalho realizado em condição análoga à de escravo, sob todas as formas, constitui atentado aos direitos humanos fundamentais e à dignidade do trabalhador”.

O desembargador Eduardo Benedito de Oliveira Zanella, que fez a abertura oficial da mostra, representando o colega Fernando da Silva Borges, presidente do TRT-15, lamentou que, no ano em que vamos comemorar os 130 anos da Abolição da Escravatura no Brasil, ainda persistam situações que desafiam as forças do Estado. O presidente do Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo, Tráfico de Pessoas e Discriminação do TRT-15 lembrou o exemplo histórico do Patrono da Abolição, Luís Gonzaga Pinto da Gama, ou simplesmente Luís Gama (1830-1882), que, nascido livre, foi vendido aos 10 anos pelo próprio pai como escravo, para pagamento de dívida de jogo. Após reconquistar judicialmente sua liberdade, passou a atuar como rábula – atualmente a OAB reconhece sua condição de legítimo advogado – na defesa de vítimas da escravidão, tendo conseguido a liberdade de mais de 500 pessoas.

Pela Lei 13.628, de janeiro deste ano, o nome de Luís Gama foi inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, observou Zanella. ●

Na abertura oficial da exposição, o desembargador Eduardo Zanella lamentou que, no ano em que vamos comemorar os 130 anos da Abolição da Escravatura no Brasil, “ainda persistam situações que desafiam as forças do Estado”





Tribunal investe nas instalações e na infraestrutura tecnológica das unidades

Em 2017, o TRT-15 fez uma série de investimentos na infraestrutura física e tecnológica de suas unidades judiciárias, para aprimorar as condições de trabalho de magistrados, servidores e advogados, bem como aperfeiçoar o atendimento aos jurisdicionados. Foram executadas obras de manutenção predial (pintura interna e externa, reforma, troca ou colocação de piso, limpeza e recuperação de fachadas e revisão de forros, calhas e telhados), elétrica e hidráulica, além da instalação de equipamentos que asseguram o acesso desimpedido de idosos e pessoas com necessidades especiais aos prédios, como guias rebaixadas nas calçadas, rampas de acesso para cadeirantes, piso tátil e placas informativas em braile. A execução das obras foi possível graças a recursos do próprio orçamento do Tribunal e de verbas repassadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Concentrada nas unidades de primeira instância, a iniciativa da Presidência do Tribunal vai ao encontro do que dispõe a Resolução 194/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – que instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição – e beneficiou unidades das oito

circunscrições em que se divide administrativamente o Regional, incluindo os Fóruns Trabalhistas de Campinas, São José do Rio Preto, Piracicaba, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Presidente Prudente e Jaú e as Varas do Trabalho de Mogi Guaçu, Mogi Mirim, Rio Claro, São João da Boa Vista, Cruzeiro, Matão, Jales, Votuporanga e Botucatu.

Houve ainda melhorias nas sedes administrativa e judicial da Corte, no Centro de Campinas. Na primeira, os serviços incluíram o rebaixamento da guia da calçada para aumentar a acessibilidade, a revisão e a pintura do piso do subsolo, a instalação de novo piso no 2º pavimento, a manutenção da laje de cobertura, a substituição do forro em todos os andares e a recuperação, limpeza e impermeabilização da fachada de concreto aparente. Na sede judicial foram realizadas, entre outras medidas, a troca do piso da calçada da entrada voltada para a Rua Barão de Jaguara, a restauração do piso da garagem e de 4 dos 17 pavimentos, onde havia muito desgaste pelo tempo, e a construção de um salão nobre no 17º andar e das novas instalações do Centro de Memória, Arquivo e Cultura (CMAC) no 4º pavimento, inauguradas em 20



O Fórum Trabalhista de Jaú, onde funcionam duas varas do trabalho, também foi beneficiado pela iniciativa

de fevereiro pelo presidente da Corte, desembargador Fernando da Silva Borges (leia matéria na pág. 14). Também foram feitos investimentos no almoxarifado-geral, localizado no Distrito de Barão Geraldo.

Segundo Fernando Borges, “a constante adequação das instalações físicas e dos recursos de tecnologia da informação na 15ª são objetivos capitais

do TRT, conforme definido em seu Plano Estratégico Plurianual 2015-2020, aprovado em novembro de 2014”. O Plano enfatiza a importância da manutenção preventiva de equipamentos e prédios e estabelece metas como reduzir para dez anos o tempo de utilização do mobiliário nas unidades. Fixa ainda o limite de cinco anos para o uso dos equipamentos de TI. ●

TRT inaugura Sala de Audiências de 2º Grau com quase 80% de acordos e R\$ 508 mil pagos aos trabalhadores

Foi inaugurada em 20 de fevereiro, no 4º andar do edifício-sede do TRT-15, a Sala de Audiências de 2º Grau da Corte, para a realização de atos processuais com a presença das partes e, principalmente, audiências de conciliação em processos que estão em fase de recurso de revista. Dos nove processos postos em pauta logo no primeiro dia de atividades, sete resultaram em acordo, um êxito de 77,77%. As conciliações somaram R\$ 508.037,71.

“Este novo espaço do Tribunal está à disposição de todos os magistrados da Corte e pode

ser usado também para tentativas de conciliação em processos com recurso ordinário ou em sessões de instrução de ações de competência originária, como as ações rescisórias, por exemplo. Tudo isso sem prejuízo da Sala de Dissídios Coletivos, no 3º andar do edifício-sede”, enfatizou o vice-presidente judicial do TRT-15, desembargador Edmundo Fraga Lopes, que presidiu as primeiras audiências na sala. Também participou das atividades o juiz auxiliar da Vice-Presidência Judicial, Renato Henry Sant’Anna. ●



O vice-presidente judicial da Corte, desembargador Edmundo Fraga Lopes (centro), presidiu as primeiras audiências no novo espaço



Foto: divulgação

Evento concorrido marcou o lançamento da obra

Desembargador Giordani lança na FPF livro sobre aspectos penais e trabalhistas no direito desportivo

A sede da Federação Paulista de Futebol (FPF), na capital do estado, foi o palco do lançamento, em 22 de novembro, do livro *Direito desportivo: aspectos penais e trabalhistas atuais*, coordenado pelo desembargador Francisco Alberto da Motta Peixoto Giordani, da 6ª Câmara do TRT-15, e pelo delegado Manoel Francisco de Barros da Motta Peixoto Giordani, da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Desportivo (IBDD) e fundador da Academia Nacional de Direito Desportivo (ANDD), na qual ocupa a cadeira nº 7, o desembargador é autor de um dos artigos da obra, “Fair play na atualidade, dificuldades para os

atletas”. Já o delegado Manoel Francisco assina “Lesões corporais praticadas no futebol e seus reflexos criminais”.

Também participam do livro a vice-diretora da Escola Judicial do TRT-15, desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann (cadeira nº 40 da ANDD), com “Ato das execuções concentradas”, a secretária-geral do IBDD e da Comissão de Direito Desportivo da OAB-SP, Fernanda Bazanelli Bini, que assina “O espaço da mulher no esporte”, e o presidente do IBDD e subprocurador-geral do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), Leonardo Andreotti Paulo Oliveira, autor de “O regulamento nacional de intermediários no Brasil”. ●

Desembargador Carlos Augusto Escanfella se aposenta depois de 27 anos na Magistratura

O dia 12 de março de 2018 marcou a aposentadoria do desembargador Carlos Augusto Escanfella, que fazia parte da 7ª Câmara do TRT-15.

O magistrado ingressou na carreira como juiz do trabalho substituto da 15ª Região em 26 de novembro de 1990. No dia 20 de agosto de 1993, foi promovido a juiz titular da Vara do Trabalho (VT) de Andradina, no oeste paulista. Ainda no 1º grau de jurisdição, Escanfella foi titular da VT de José Bonifácio e da 2ª e da 4ª VT de São José do Rio Preto, cidade onde também exerceu a direção do Fórum Trabalhista. Sua posse como desembargador ocorreu em 26 de janeiro de 2012, após promoção pelo critério de antiguidade. ●

O magistrado no dia de sua posse como desembargador, junto com a colega Eleonora Bordini Coca, empossada na mesma ocasião





Estão previstas ações relacionadas à capacitação de magistrados e servidores para atuar em audiências de mediação e conciliação e no uso da versão 2.0 do Processo Judicial Eletrônico, entre outras iniciativas

Escola Judicial apresenta ao presidente do TRT seu plano de atividades de 2018

O presidente do TRT-15, desembargador Fernando da Silva Borges, recebeu em 11 de janeiro, de seu colega Manoel Carlos Toledo Filho, diretor da Escola Judicial (Ejud) da Corte, o Plano Anual de Atividades da instituição para 2018. O documento, apresentado durante reunião que contou também com a participação do juiz auxiliar da Presidência do Tribunal Alessandro Tristão e da assessora da Escola, Lara de Paula Jorge, estabelece as ações de formação e de aperfeiçoamento de magistrados e servidores, além das formas de divulgação do conhecimento jurídico à sociedade, por meio de congressos e seminários.

O Processo Judicial Eletrônico segue na agenda de prioridades da Escola, que prevê para este ano iniciativas de capacitação, na versão 2.0 do sistema, não só de magistrados e servidores, mas também dos advogados, por meio de parcerias com as subseções da OAB. Com características como mais celeridade, facilidade no uso e possibilidade

de personalização, a nova ferramenta foi lançada pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho em dezembro passado, na Vara do Trabalho (VT) de Navegantes, em Santa Catarina, e até o fechamento desta edição do *Informativo* ainda não tinha data para chegar ao TRT-15.

A capacitação de magistrados e servidores para atuar nas audiências de mediação e conciliação também terá destaque nas ações da Ejud em 2018. O Plano Anual prevê a formação de pelo menos um juiz e um servidor por VT. Outra ação de importância capital é o Seminário Regional de Magistrados Vitalícios, que este ano será realizado em duas edições, nos meses de agosto e novembro.

O Congresso Nacional de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho do TRT-15, maior evento jurídico do Tribunal, já está agendado para os dias 7 e 8 de junho. A Escola também deve realizar, em 5 de outubro, um seminário sobre os 30 anos da Constituição Federal. ●



O diretor da Escola Judicial da Corte, desembargador Manoel Carlos Toledo Filho (ao microfone), enfatizou que o simpósio foi concebido como uma oportunidade de aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista e “buscar uma alternativa válida, em consonância com o sistema jurídico”

Simpósio sobre a reforma trabalhista reúne cerca de 170 magistrados dos dois graus de jurisdição do TRT da 15ª

“**R**eforma trabalhista e Justiça do Trabalho: desafios e perspectivas”. Num simpósio com esse tema, o TRT-15, por intermédio da Escola Judicial (Ejud) da Corte, e a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Amatra XV) reuniram nos dias 9 e 10 de novembro, no auditório do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal), em Campinas, aproximadamente 170 magistrados de 1ª e de 2ª instância da 15ª.

Na abertura do encontro, o presidente do Tribunal, desembargador Fernando da Silva Borges, afirmou que a Justiça do Trabalho se encontra “diante da mais ampla alteração da legislação trabalhista desde o advento da CLT”. O desembargador destacou a rapidez com que o Congresso Nacional aprovou a reforma trabalhista. “Apenas quatro meses, com mudanças em 117 artigos, enquanto a reforma do Código de Processo Civil, para efeito de comparação, levou cinco anos.”

Já o diretor da Ejud, desembargador Manoel Carlos Toledo Filho, disse que o simpósio foi concebido como uma oportunidade de “fazer avaliações preliminares e buscar uma alternativa válida, sempre com foco na técnica, no equilíbrio e na consistência, em consonância com o sistema jurídico”. Seu colega Marcelo Bueno Pallone, presidente da Amatra XV, endossou: “Este encontro foi criado para debatermos como aplicar a nova legislação”.

O evento contou ainda com a presença dos desembargadores Edmundo Fraga Lopes, vice-presidente judicial do TRT-15, Samuel Hugo Lima, corregedor regional, Edison dos Santos Pelegrini, vice-ouvidor da 15ª, Lorival Ferreira dos Santos, presidente do Regional no biênio 2014-2016, e José Otávio de Souza Ferreira, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec) do Tribunal, entre outros magistrados. ▶



O presidente do Tribunal, desembargador Fernando Borges, criticou a pressa com que a reforma foi aprovada no Congresso Nacional: “Apenas quatro meses, com mudanças em 117 artigos da CLT, enquanto a reforma do CPC levou cinco anos”



Para o juiz Antonio Humberto de Souza Junior, a Lei 13.467/2017 “não deixa claro como o direito processual deverá ser aplicado”. Seu colega Reginaldo Melhado (foto à dir.) falou sobre as possibilidades hermenêuticas da reforma

O lado oculto da Lua

O 1º painel do simpósio, “O outro lado da Lua: acesso à Justiça e efetividade da execução no novo ambiente da Lei 13.467/2017”, apresentado pela desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, vice-diretora da Ejud, contou com uma palestra do juiz titular da 6ª Vara do Trabalho (VT) de Brasília, Antonio Humberto de Souza Junior, que propôs uma discussão sobre o direito processual do trabalho na nova legislação. Segundo ele, a comparação com a Lua se deve à sua percepção de que a Lei 13.467 “não deixa claro como o direito processual deverá ser aplicado”. Para o magistrado, a norma torna o processo do trabalho “ainda mais demorado e oneroso”.

“A ‘reforma’ trabalhista: pilares do direito material – possibilidades hermenêuticas” foi o foco do 2º painel, protagonizado pelo juiz titular da 6ª VT de Londrina (PR), Reginaldo Melhado.

Na sequência do simpósio, os magistrados foram divididos em dez grupos de trabalho, para debater os temas “Relação de emprego e contrato de trabalho”, “Jornada de trabalho e períodos de descanso”, “Contratos atípicos de trabalho”, “Responsabilidade trabalhista”, “Saúde e segurança no trabalho”, “Direito coletivo”, “Acesso à Justiça”, “Execução”, “Temas diversos em processo do trabalho” e “Hermenêutica trabalhista”. Cada

grupo formulou propostas para serem votadas numa plenária coordenada pelo desembargador Manoel Carlos. Nessa reunião geral, foi aprovada uma série de orientações interpretativas sobre os dispositivos inseridos pela Lei 13.467 na CLT, bem como em face das alterações promovidas na Lei 6.019/1974, que trata do trabalho temporário e que passou a regular também as relações de trabalho no âmbito da prestação de serviço a terceiros. Cada proposta podia ser aprovada ou rejeitada integralmente ou aprovada com supressão parcial do texto.

Algumas propostas obtiveram ampla chancela na plenária. Um exemplo é a que trata da “tarifação” do dano extrapatrimonial. Com quase 90% de aprovação, o texto vencedor fixa como inconstitucionais os parágrafos 1º e 2º do novo artigo 223-G da CLT, porque “fere os princípios da dignidade da pessoa humana, da isonomia material e da reparação integral, previstos nos artigos 1º, inciso III, 5º, incisos II, V e X, e 7º, inciso XXXII, da Constituição Federal”. Por outro lado, houve temas que dividiram as opiniões, como a aplicação do parágrafo 2º do artigo 58 da CLT aos contratos de trabalho iniciados antes da reforma. Com diferença de apenas um voto, foi aprovada a seguinte redação: “Horas *in itinere*. Empregados admitidos anteriormente à vigência da Lei 13.467/2017. As horas *in itinere* não são devidas na vigência da Lei 13.467/2017, independentemente da data em que o empregado foi admitido”.



Os magistrados aprovaram uma série de orientações interpretativas sobre os dispositivos inseridos pela Lei 13.467 na CLT, bem como sobre as recentes alterações na Lei 6.019/1974, que trata do trabalho temporário



Na abertura das atividades, a vice-diretora da Ejud, desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, destacou a estrutura e a demanda processual do TRT-15

Novos servidores participam do Programa de Formação Inicial

A vice-diretora da Escola Judicial (Ejud) do TRT-15, desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, presidiu em 19 de fevereiro a abertura do Programa de Formação Inicial de Servidores. Desta vez a turma foi composta por 22 novos profissionais da Justiça do Trabalho da 15ª Região, que tomaram posse de março de 2017 a janeiro de 2018.

As atividades seguiram até o dia 23 de fevereiro e incluíram as palestras “A Justiça do Trabalho no

mundo contemporâneo” e “Ética no Serviço Público”, ministradas, respectivamente, pelos desembargadores Manoel Carlos Toledo Filho, diretor da Ejud, e José Otávio de Souza Ferreira, coordenador do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec) da 15ª Região. “Estrutura e organização do TRT-15” foi o tema do diretor-geral da Corte, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser, e o assessor de Segurança e Transportes do Regional, coronel Carlos de Carvalho Júnior, falou sobre “Se-



O grupo foi formado por 22 servidores que ingressaram no Regional de março de 2017 a janeiro de 2018

gurança no trabalho”. Já a coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas, Izabel Cristina Braga Arroyo, abordou “Desenvolvimento da carreira e avaliação de desempenho e adicionais de qualificação”.

Da Secretaria de Saúde do Tribunal participaram o médico Marcos Pereira Dorea e o fisioterapeuta Fauzi El Kadri Filho, que trataram das “Medidas preventivas e corretivas para a manutenção da saúde”, e os servidores Adelina Ohashi, Francielle Barbosa Prado, Gilberto Semensato e Raquel Lorca Vieira, que debateram com o grupo as “Relações interpessoais no trabalho”. Servidor da própria Ejud, Isaías Clemente pa-

lestrou sobre dois temas: “Organização do trabalho na secretaria de Vara do Trabalho” e, junto com a colega Massaco Okamoto Albrecht, do Núcleo de Apoio do Processo Judicial Eletrônico (PJe) do 2º Grau, “Fluxo processual e dúvidas mais comuns no PJe”.

A iniciativa contou ainda com o reforço do ex-diretor-geral da Secretaria do Supremo Tribunal Federal, Amarildo Vieira de Oliveira – que falou sobre “Previdência complementar” – e da secretária de Gestão de Pessoas do TRT-10 (DF e TO), Rosemary Domingues Vargas, a quem coube conduzir a dinâmica de grupo “Comunicação assertiva”.

Grupo visita o presidente do Tribunal

O presidente do TRT-15, desembargador Fernando da Silva Borges, recebeu no gabinete da Presidência do Regional, em 19 de fevereiro, os 22 novos servidores da Corte que participaram naquela semana do Programa de Formação Inicial. O magistrado falou sobre os desafios que enfrentou em quase 40 anos de carreira. “Minha trajetória profissional tem nome e sobrenome: Justiça do Trabalho. Tenho muito orgulho de dizer que, antes da Magistratura, trabalhei oito anos como servidor”, destacou Fernando Borges, que ingressou no TRT da 2ª Região em 1978, na então 9ª Junta de Conci-

liação e Julgamento de São Paulo. O desembargador revelou que chegou a prestar vestibular para engenharia civil. “Foi o período como servidor da Justiça Trabalhista que me fez descobrir minha vocação para o direito.”

Fernando Borges sublinhou a importância do respeito às partes e aos advogados. “Assim como os magistrados, os servidores também são responsáveis pela imagem da nossa instituição. Não é por acaso que, aqui na 15ª Região, tanto uns quanto outros são reconhecidos nacionalmente como exemplos de produtividade, qualificação e formação.” ●



O desembargador Fernando da Silva Borges enfatizou que, na 15ª Região, assim como os magistrados, os servidores também são reconhecidos nacionalmente como exemplos de produtividade

